

RaiaDrogasil



Relatório da  
Administração  
RaiaDrogasil  
2012





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS DE 2011

São Paulo, 26 de março de 2012. RaiaDrogasil S.A. (BM&FBOvespa: RADL3) anuncia hoje seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2011 (4T11) e ao ano de 2011. As demonstrações financeiras de RaiaDrogasil S.A. e de sua subsidiária integral Raia S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram preparadas em conformidade com os requerimentos do IFRS e foram auditadas por nossos auditores independentes de acordo com as práticas brasileiras e internacionais de auditoria. Os referidos demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento referem-se ao mesmo período de 2010.

Para complementar as nossas demonstrações financeiras consolidadas, apresentamos de forma suplementar as informações financeiras combinadas não auditadas de RaiaDrogasil S.A. e de Raia S.A. para os exercícios de 2011 e de 2010. As informações combinadas consistem basicamente na soma aritmética das demonstrações financeiras individuais auditadas referentes a cada exercício social, sem os efeitos de equivalência patrimonial de Raia em RaiaDrogasil. As informações financeiras combinadas não auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não refletem os ajustes pro forma que seriam necessários na assunção de que a combinação de negócios entre Drogasil e Raia tivesse ocorrido no 1º dia dos períodos apresentados. Desta maneira, as informações combinadas podem e devem ser consideradas

Sumário Combinado	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
RADL3: <b>R\$16,85/ação</b>					
(R\$ mil)					
Total de ações: <b>330.386.000</b>					
Valor de mercado: <b>R\$ 5.567 milhões</b>					
Fechamento: <b>23 de Março de 2012</b>					
<b>Contatos de RI:</b> Eugênio de Zagottis Leonardo Correa Corina Steindler					
<b>Tel.:</b> +55 11 3165-7858					
<b>E-mail:</b> ri@raiadrogasil.com.br					
# de Lojas (final do período)	688	696	715	743	776
Abertura de Lojas	49	8	20	31	40
Fechamento de Lojas	2		1	3	7
# de Lojas (média do período)	671	694	707	734	762
# de funcionários	14.440	14.749	15.583	16.278	17.244
# de atendimentos	27.067	26.471	28.160	29.315	30.143
Receita Bruta	1.068.741	1.051.744	1.158.037	1.232.279	1.287.973
Lucro Bruto Ajustado	260.904	252.440	303.291	312.808	337.867
% da Receita Bruta	24,4%	24,0%	26,2%	25,4%	26,2%
EBITDA Ajustado	53.169	42.463	79.870	65.847	76.167
% da Receita Bruta	5,0%	4,0%	6,9%	5,3%	5,9%
Lucro Líquido Ajustado	21.130	18.899	44.085	31.846	43.334
% da Receita Bruta	2,0%	1,8%	3,8%	2,6%	3,4%

representativas dos nossos resultados futuros.

Em função da constituição de RaiaDrogasil S.A., incorremos em 2011 em diversas despesas não recorrentes relativas aos custos com a transação, ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas e à amortização gerada pelo Purchase Price Allocation (PPA), prática contábil do IFRS que aloca ao ativo as parcelas identificáveis do ágio gerado na transação, que foram todos registrados em 2011 e que se encontram discriminadas neste documento. Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados de 2011 não considerando tais despesas. Os demonstrativos referentes a 2010 permanecem dentro dos critérios originais de cada empresa, e podem portanto não ser integralmente comparáveis.

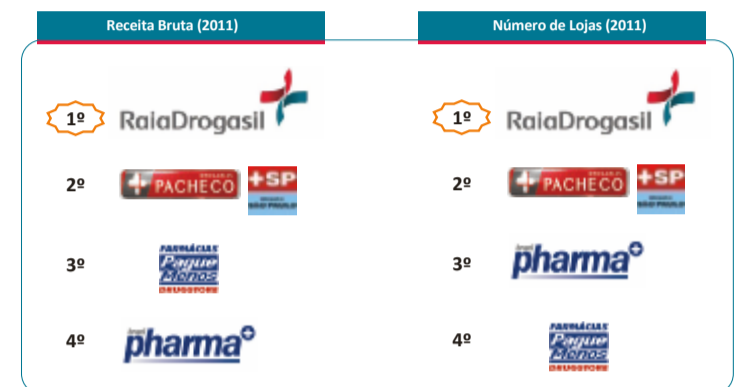
PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO:

- **RaiaDrogasil:** Líder em faturamento e número de lojas em 2011 (ranking ABRAFARMA)
- **Lojas:** 776 unidades em operação (abertura de 99 lojas e fechamento de 11 lojas)
- **Receita Bruta:** R\$ 4,7 bi, crescimento de 19,7% (10,0% mesmas lojas)
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 271,5 milhões, crescimento de 22,8%
- **Margem EBITDA Ajustada:** 5,7%, expansão de 0,1 ponto percentual
- **Lucro Líquido Ajustado:** R\$ 151,4 milhões, equivalente a 3,2% de margem líquida

Ressaltamos que as despesas não recorrentes que foram incorridas na associação entre Raia e Drogasil foram registradas apenas no exercício de 2011. Os demonstrativos financeiros referentes a 2010 seguem apresentados dentro dos critérios e estimativas históricas que eram até então adotados por cada uma das empresas, sem que qualquer alinhamento de prática tenha sido feito, a não ser reclassificações entre rubricas. Portanto, os resultados de 2011 que apresentamos a seguir já refletem integralmente as novas práticas contábeis da RaiaDrogasil S.A. e da Raia S.A., e acreditamos que devem ser representativos dos nossos resultados futuros.

ASSOCIAÇÃO ENTRE RAIA E DROGASIL - CRIAÇÃO DO LÍDER ABSOLUTO DO SETOR

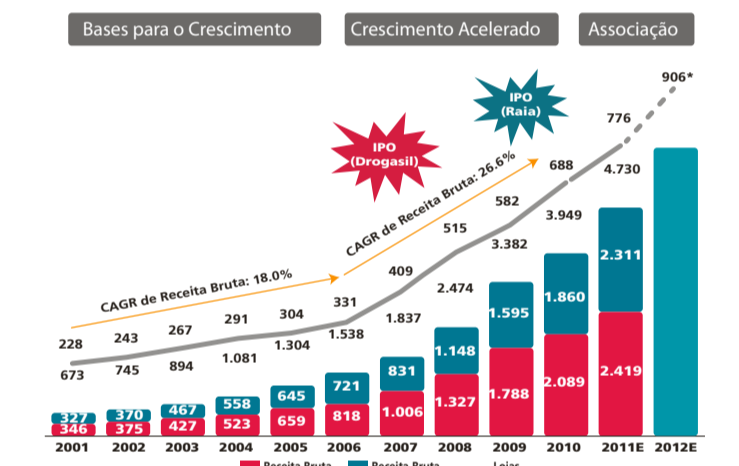
No dia 03 de agosto de 2011 anunciamos a associação entre Raia e Drogasil, cujo fechamento da transação ocorreu em 10 de novembro de 2011. Esta associação criou a RaiaDrogasil, a empresa líder absoluta do mercado brasileiro de drogarias, com uma combinação única de escala, eficiência e flexibilidade financeira.



Fonte: Ranking ABRAFARMA 2011. As aquisições verificadas em 2011 e no início de 2012 (compra de Big Ben e Santana pela Brazil Pharma) foram refletidas pro-forma em 2011.

A RaiaDrogasil S.A. nasce a partir de valores e visões compartilhados por duas Companhias com grande tradição no setor farmacêutico (Raia: 106 anos, Drogasil: 76 anos) e pelos seus principais acionistas, que são membros das famílias fundadoras de cada uma das empresas e que possuem quatro gerações de experiência e compromisso com o setor de drogarias.

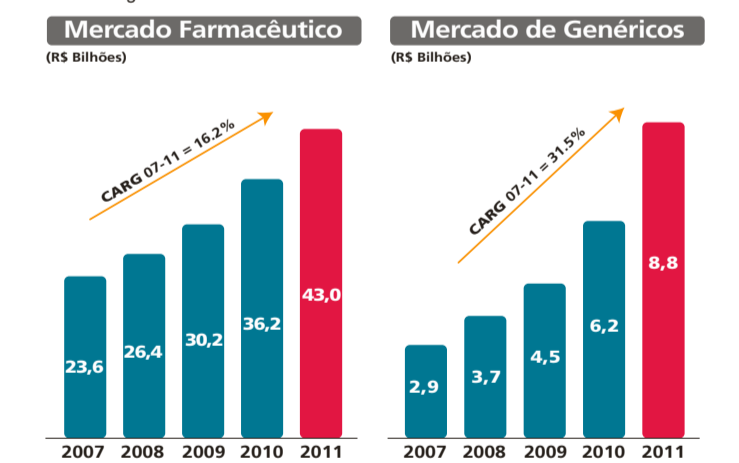
A nova companhia congrega duas das mais conhecidas e reputadas marcas do varejo brasileiro. Esta combinação de ativos, talentos e competências permitirá à RaiaDrogasil acelerar o crescimento e capturar sinergias, incrementando a competitividade das duas marcas perante os consumidores e aportando benefícios econômicos para a empresa, acionistas e consumidores. O gráfico abaixo detalha o histórico combinado de crescimento de faturamento e do número de lojas das marcas Raia e Drogasil.



\* Assume o guidance fornecido de 130 aberturas brutas sem considerar eventuais encerramentos que devem ocorrer ao longo do exercício

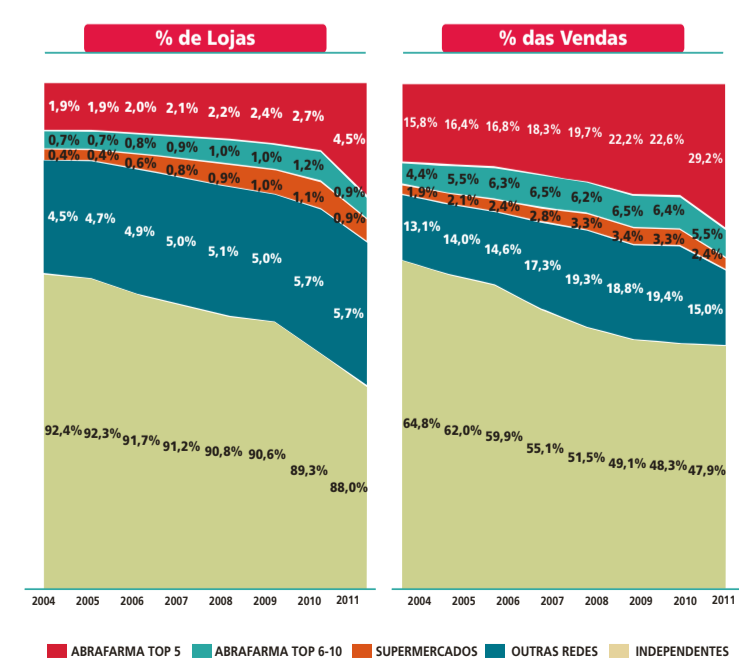
EVOLUÇÃO DO MERCADO

Em 2011 o mercado farmacêutico seguiu apresentando taxas robustas de crescimento, conforme os gráficos abaixo.



De acordo com o IMS Health, o mercado farmacêutico brasileiro cresceu 18,8% em relação ao ano de 2010, atingindo um faturamento total R\$ 43,0 bilhões em 2011. Este expressivo crescimento de mercado foi impulsionado pela forte elevação nas vendas de genéricos, que beneficiados pelo ciclo de vencimento de patentes que se iniciou em 2010 e se aprofundou em 2011, atingiram um faturamento de R\$ 8,8 bilhões e apresentaram um crescimento de 42,0% em relação a 2010.

O ano de 2011 também foi um marco em termos de consolidação para o setor. Pela primeira vez, assistimos a um forte movimento de fusões e aquisições entre os maiores players do varejo farmacêutico, que combinada com o crescimento orgânico que estas empresas seguiram empreendendo, ampliaram a participação de mercado em 6,6 pontos percentuais. Entretanto, o setor segue bastante fragmentado, com as cinco maiores redes atingindo uma fatia de mercado de apenas 29,2% ao fim de 2011.



Fonte: IMS Health. As transações verificadas em 2011 e no início de 2012 (compra de Big Ben e Santana pela Brazil Pharma) foram refletidas pro-forma em 2011.

CARTA AOS ACIONISTAS

O ano de 2011 marcou a constituição da RaiaDrogasil S.A., associação de iguais entre Raia S.A. e Drogasil S.A. por meio da incorporação das ações da Raia pela Drogasil, que foi concretizada no dia 10 de novembro de 2011.

A RaiaDrogasil S.A. nasce a partir de valores e visões compartilhados por duas Companhias com grande tradição no setor farmacêutico (Raia: 106 anos, Drogasil: 76 anos) e pelos seus principais acionistas, que são membros das famílias fundadoras de cada uma das empresas e que possuem quatro gerações de experiência e compromisso com o setor de drogarias.

A nova companhia congrega duas das mais conhecidas e reputadas marcas do varejo brasileiro, com operações em nove estados e entrada programada em outros três, que juntos representam 84% do mercado farmacêutico brasileiro. Esta combinação de ativos, talentos e competências permitirá à RaiaDrogasil acelerar o crescimento e capturar sinergias, incrementando a competitividade das duas marcas perante os consumidores e aportando benefícios econômicos para a empresa, acionistas e consumidores.

Já no nosso primeiro ano, a RaiaDrogasil se consolidou como a líder absoluta do varejo farmacêutico brasileiro em faturamento e em número de lojas, segundo o ranking da ABRAFARMA (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias) de 2011, com 776 lojas e uma receita bruta combinada de R\$ 4,7 bilhões, um crescimento de 19,7% sobre o faturamento combinado de 2010.

Abrimos em 2011 um total de 99 lojas, 60 com a marca Raia e 39 com a marca Drogasil, em linha com o *guidance* de 100 aberturas que projetamos para o ano. Reiteramos também o *guidance* de 130 novas lojas a serem abertas em 2012, que não considera eventuais fechamentos (em 2011 encerramos 11 lojas).

Destacamos a excelente evolução na nossa rentabilidade combinada. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 271,5 milhões, uma margem de 5,7% sobre a receita bruta. Isto representou um crescimento de 22,8% e um incremento de margem de 0,1 ponto percentual. Nosso lucro líquido ajustado totalizou R\$ 151,4 milhões, uma margem líquida de 3,2%, um incremento de 66,8% sobre 2010.

Vale ressaltar que tivemos despesas não recorrentes de R\$ 57,9 milhões (R\$ 35,3 milhões relativos às despesas com a associação, R\$ 15,5 milhões relativos à harmonização de práticas contábeis, e R\$ 7,0 milhões relativos à amortização gerada pelo *Purchase Price Allocation*, prática contábil do IFRS que aloca ao ativo as parcelas identificáveis do ágio gerado na transação). Considerando estas despesas, atingimos um EBITDA combinado de R\$ 213,6 milhões, equivalente a 4,5% da nossa receita bruta, e um lucro líquido combinado de R\$ 105,7 milhões, uma margem líquida de 2,2% no exercício.

Destacamos também nossos investimentos em dois novos Centros de Distribuição no ano de 2011 nos estados do Paraná e de Goiás. Em conjunto com as duas novas plantas previstas para 2012, passaremos a operar com sete Centros de Distribuição, uma área total de aproximadamente 90 mil m², que terão um papel fundamental para suportar a aceleração do nosso crescimento. Ressaltamos também a introdução de Pluii, nossa marca proprietária de produtos de higiene e beleza. Pluii é uma marca focada no prazer dos sentidos, com fórmulas e fragrâncias proprietárias, de grande qualidade, e com preços e margens *premium*, que visa se tornar uma importante plataforma para fidelização de nossos clientes, elevação de vendas e incremento da rentabilidade. Lançada em novembro na Droga Raia, a linha será introduzida na Drogasil ao longo de 2012.

Acreditamos que para seguir com sucesso nossa trajetória de crescimento, é imprescindível que tenhamos impactos positivos para a sociedade. Consciente desse papel, a RaiaDrogasil não apenas investe de forma permanente e intensiva no desenvolvimento de seus funcionários, como também busca envolver e mobilizar parceiros de negócios e clientes para promover saúde e bem estar nas comunidades onde atua. Em 2011, foram realizados nas lojas da Drogasil e da Droga Raia mais de 20 mil exames pré-diagnósticos (glicemia, IMC, postura e aferição de pressão) gratuitamente, coletados de mais de 135 mil livros usados junto aos nossos clientes, que foram redirecionados a mais de 180 escolas e bibliotecas públicas nas cidades onde atuamos. Através da revista "Sorria", vendida na Droga Raia e da revista "Ser Família", vendida na Drogasil, com tiragem combinada de 200 mil exemplares bimestrais, foram arrecadados mais de R\$ 3 milhões em 2011 que foram destinados para a ampliação do hospital do GRAAC (Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer), ao projeto Superação Jovem do IAS (Instituto Ayrton Senna) e à entidade Obra do Berço, que trabalha com famílias desassistidas. As revistas sociais constituem uma iniciativa pioneira da RaiaDrogasil para a viabilização de investimentos sociais. Elas são financiadas via receitas com publicidade e são vendidas aos nossos clientes de forma a multiplicar o valor investido. Em 2011 a revista Sorria alcançou o ranking de 6º maior revista do País em vendas avulsas, segundo o IVC.

Por fim, queremos agradecer aos nossos acionistas pela grande confiança em nós depositada, aos nossos mais de 17 mil funcionários pelo seu comprometimento incondicional e também aos milhões de clientes que todos os meses nos confiam a sua saúde e o seu bem estar. Queremos ratificar o nosso compromisso de seguir criando valor para os nossos acionistas, oportunidades para os nossos funcionários e bem estar para os nossos clientes, buscando sempre *Servir Confiança com Prazer em Cuidar*.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS E HARMONIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir as nossas demonstrações combinadas para os anos de 2011 e de 2010. A apresentação de informações financeiras combinadas não está descrita nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou nos IFRS e não refletem as mudanças em nossa estrutura de capital e outros possíveis efeitos da combinação de negócios com a Raia S.A.. Portanto, estas informações combinadas devem ser utilizadas como um complemento às nossas demonstrações financeiras, também incluídas neste relatório, e que consolidam Raia S.A. apenas a partir de novembro de 2011.

Em função da associação de iguais entre Raia e Drogasil pro meio da incorporação de ações da Raia pela Drogasil, que passou a se denominar RaiaDrogasil, incorremos em diversas despesas não recorrentes relativas à amortização do Purchase Price Allocation (PPA), ao alinhamento de práticas contábeis entre as empresas e às despesas com a transação.

Para uma melhor compreensão de nosso desempenho, apresentamos os nossos resultados ajustados, não considerando tais despesas. As informações financeiras relativas ao ano de 2010 não foram alteradas, e permanecem dentro dos critérios originais de cada empresa. Discriminamos abaixo as despesas incorridas em 2011, que foram objeto de ajustes nos resultados apresentados.

Resumo	Lucro Bruto Fav./(Desfav.)	Despesas Vendas	Despesas G&A	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Ajustes de PPA	(7.091)			(7.091)	635 (6.456)
Ajustes de Práticas Contábeis	(16.237)	(58)	791	(428)	(15.932)
Gastos de Associação			(35.331)	12.013	(23.319)
<b>Total</b>	<b>(23.328)</b>	<b>(58)</b>	<b>(34.540)</b>	<b>(12.220)</b>	<b>(45.707)</b>

Detalhamos abaixo as despesas não recorrentes que foram incorridas em cada um dos grupos mencionados na tabela acima.

1) Amortização do PPA

O IFRS determina que as parcelas do ágio incorrido na incorporação da Raia pela RaiaDrogasil que forem identificadas no laudo econômico financeiro utilizado na constituição do ágio sejam alocadas às respectivas linhas do ativo.

O laudo elaborado por consultores externos contratados pela Administração atribuiu uma mais-valia de R\$ 8,7 milhões que foi incorporada aos estoques da Raia S.A. referente à remuneração cabível à incorporada pela aquisição destes estoques, e que é amortizada no CMV conforme a sua realização. Além disso, foram atribuídos ativos intangíveis no valor de R\$ 151,7 milhões em função do valor estimado para a marca Raia, de R\$ 56,3 relativos aos pontos comerciais, de R\$ 34,8 milhões relativos ao cartão de fidelidade da Droga Raia e de R\$ 6,9 milhões relativos à carteira de clientes do Benefício Farmácia. A tabela abaixo demonstra a avaliação dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos junto à Raia S.A. na data-base da incorporação (31 de outubro de 2011).

Purchase Price Allocation	(R\$ milhões)
Ágio	780,1
Marca Raia	151,7
Pontos comerciais	56,3
Cartão Fidelidade	34,8
Estoques	8,7
Benefício Farmácia	6,9
IR Diferido Passivo	(87,9)
<b>Valor da Aquisição</b>	<b>1.564,1</b>

Discriminamos abaixo os efeitos das amortizações destes ativos no exercício de 2011.

Ajustes de PPA	Lucro Bruto Fav./(Desfav.)	Despesas Vendas	Despesas G&A	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Estoques	(7.091)			(7.091)	(7.091)
Intangíveis				(2.691)	(2.691)
Imposto de Renda				3.326	3.326
<b>Total</b>	<b>(7.091)</b>		<b>(7.091)</b>	<b>635</b>	<b>(6.456)</b>

2) Alinhamento de Práticas Contábeis

Os demonstrativos financeiros referentes a 2011 são apresentados com critérios e estimativas contábeis unificados para RaiaDrogasil S.A. e para sua subsidiária integral Raia S.A.. Para tanto, registramos no exercício de 2011 despesas não recorrentes referentes ao alinhamento das práticas contábeis entre as empresas dentro do padrão que entendemos mais adequado.

Os principais impactos observados foram no critério de apropriação das receitas comerciais, com efeito devedor no CMV de R\$ 11,0 milhões e de R\$ 4,6 milhões, também com efeito devedor no CMV, devido à mudança na estimativa referente a diferenças de inventário.

Ajustes de Práticas Contábeis	Lucro Bruto Fav./(Desfav.)	Despesas Vendas	Despesas G&A	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Apropriação de Receitas Comerciais	(11.027)			(11.027)	160 (10.867)
Diferenças de Inventários	(4.588)		(4.588)		1.560 (3.028)
Ajustes de Provisão e Outros	(622)	(58)	791	111	(38) 73
Imposto de Renda				(2.110)	(2.110)
<b>Total</b>	<b>(16.237)</b>	<b>(58)</b>	<b>791</b>	<b>(428)</b>	<b>(15.932)</b>

3) Despesas da Transação

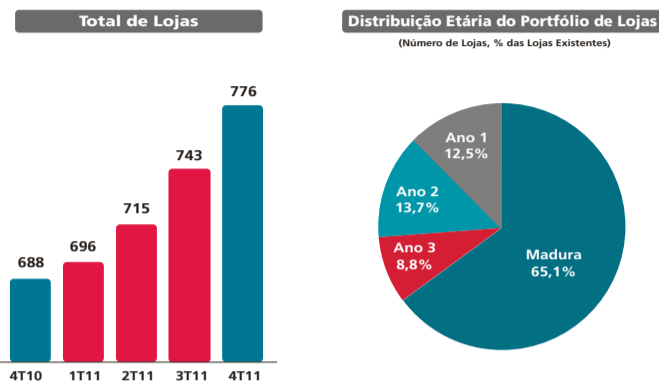
Registramos no 4T11 despesas relativas à associação entre Raia e Drogasil no total de R\$ 35,3 milhões. As principais rubricas foram os *fees* pagos aos bancos de investimento que participaram da transação (R\$ 19,0 milhões), os honorários das empresas de consultoria que nos estão assessorando na integração das empresas (R\$ 6,7 milhões) e o montante pago aos executivos da Raia S.A. para cancelamento de opções já outorgadas (R\$ 4,5 milhões, conforme discriminado no quadro abaixo).

Despesas da Associação	Lucro Bruto Fav./(Desfav.)	Despesas Vendas	Despesas G&A	D&A, IR Desp. Fin.	Lucro Líquido
Bancos de Investimento Consultoria (McKinsey, Hay e Thymus)	-	-	(18.955)	(18.955)	6.445 (12.510)
Cancelamento do Plano de Opções (Raia)	-	-	(4.494)	(4.494)	1.528 (2.966)
Advogados, Auditores e Laudos	-	-	(4.452)	(4.452)	1.514 (2.938)
Rescisões Trabalhistas	-	-	(552)	(552)	188 (364)
Publicações Legais	-	-	(208)	(208)	71 (137)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(35.331)</b>	<b>(35.331)</b>	<b>12.013</b>

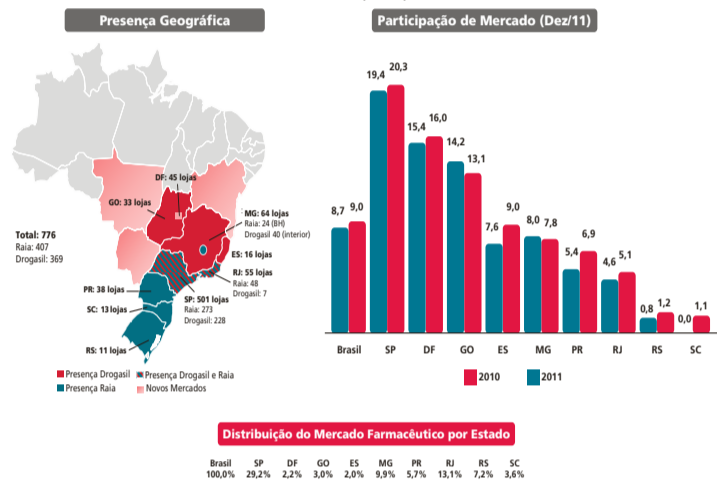
### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### EXPANSÃO DA REDE

Encerramos o exercício de 2011 com 776 lojas em operação através da inauguração de 99 novas lojas (60 Raia e 39 Drogasil) e do fechamento de 11 lojas existentes. Abrimos 40 lojas no 4T11 e encerramos sete lojas no trimestre. Ao final do período, possuíamos 35% de nossas lojas ainda em estágio de maturação, que ainda não atingiram o seu potencial de receita e de rentabilidade.



A ilustração abaixo demonstra o nosso total de lojas e a evolução da nossa participação de mercado em cada um dos estados em que operamos.



No quarto trimestre de 2011, encerramos sete lojas em Brasília, que compunham um grupo de 23 pontos adquiridos no 3º trimestre de 2010. Após um ano em operação, e com total clareza do potencial de cada loja adquirida, encerramos aquelas lojas que tinham resultado negativo ou alto potencial de transferência de receita e de rentabilidade para outra loja remanescente. Desta forma, melhoramos a produtividade e rentabilidade da nossa operação neste mercado.

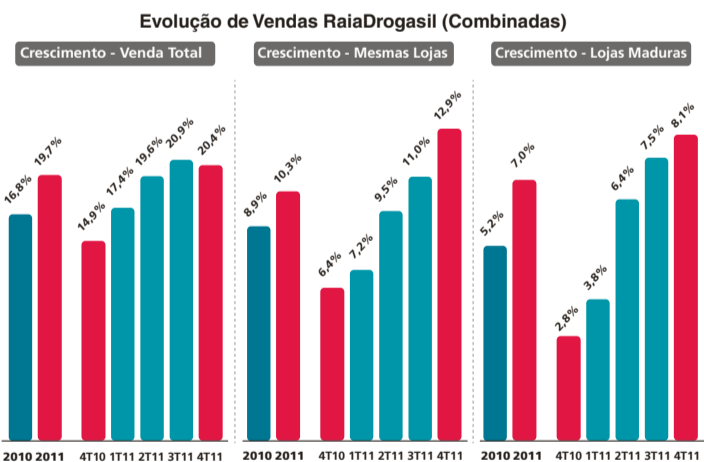
atingimos em dezembro de 2011 uma participação de mercado de 9,0% em âmbito nacional, um incremento de participação de 0,3 ponto percentual. Elevamos o nosso *market share* em quase todos os estados onde atuamos.

Ressaltamos o expressivo ganho de participação no estado do Paraná, onde a nossa expansão bem sucedida para o interior do estado resultou em uma elevação anual de 1,5 ponto percentual de participação de mercado, bem como um rápido avanço em Santa Catarina, onde encerramos o trimestre com 13 lojas em operação e 1,1% de *market share*.

Obtivemos também importante ganho de participação em São Paulo, nosso principal mercado. A melhora do nível de estoque em nossas lojas pré-existentes e a qualidade da expansão nesta região resultaram em uma elevação de participação de 0,9 ponto percentual em nosso principal mercado.

#### RECEITA BRUTA DE VENDAS

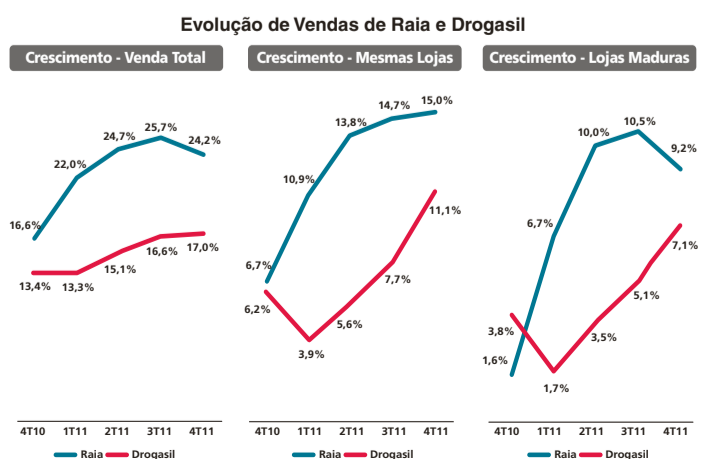
Encerramos o ano de 2011 com R\$ 4,7 bilhões de receita bruta, o que representou um crescimento de 19,7% em relação a 2010, que correspondeu a 10,3% nas mesmas lojas e a 7,0% nas lojas maduras. Mantivemos uma tendência de recuperação das nossas taxas de crescimento ao longo do ano, e no 4T11 atingimos um crescimento de 20,4% na receita bruta, que correspondeu a 12,9% nas mesmas lojas e a 8,1% nas lojas maduras.



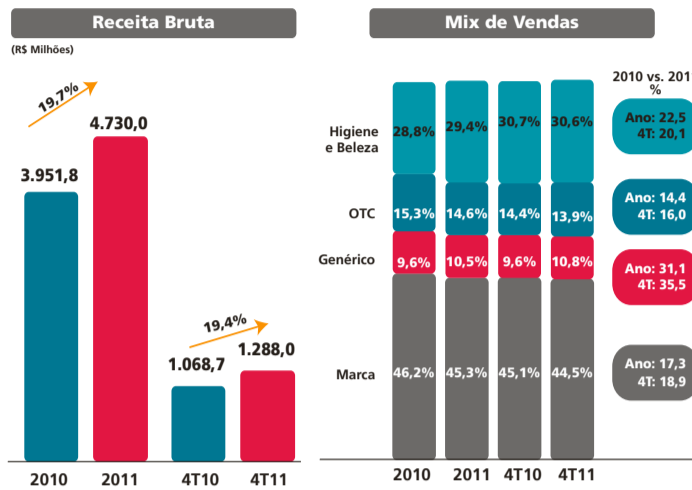
A Droga Raia registrou níveis elevados de crescimento ao longo de todo o ano, ao passo que a Drogasil, que iniciou o ano com baixo crescimento nas vendas mesmas lojas e lojas maduras, acelerou o crescimento ao longo do ano e se aproximou do patamar de crescimento da Raia no último trimestre. Enquanto os recursos levantados no IPO da Raia nos permitiram melhorar a execução em loja e acelerar o crescimento, a Drogasil foi afetada pela canibalização inicial que ocorreu ao dobrarmos nossa presença no DF via aquisição, pela concentração do crescimento em mercados existentes, também com canibalização inicial em algumas cidades e pela melhora da operação da Raia em São Paulo, onde ambas as marcas competem.

Observamos em 2011 na Droga Raia um crescimento de 24,2% na receita total, de 13,7% na venda das mesmas lojas e de 9,6% nas lojas maduras, que possuem mais de 3 anos em operação, ao passo que a Drogasil registrou no ano um crescimento de 15,6% na receita total, de 7,2% nas mesmas lojas e de 4,7% nas maduras.

Vale observar que a Drogasil obteve forte aceleração ao longo do ano, tendo atingido no 4T11 um crescimento de 17,0% na venda total, de 11,1% na venda das mesmas lojas e de 7,1% nas lojas maduras, contra 24,2% na venda total, de 15,0% na venda das mesmas lojas e de 9,2% nas lojas maduras para a Droga Raia, conforme o gráfico abaixo:



Vale ressaltar que tivemos no quarto trimestre um clima ameno, com temperaturas abaixo das normalmente registradas nesta época do ano. Além disso, o calendário em dezembro se mostrou desfavorável, já que os feriados de Natal e de Ano Novo aconteceram em finais de semana, o que limitou as viagens de final de ano e o consumo intenso que caracteriza a iminência destes feriados prolongados. Estas variáveis impactaram desfavoravelmente as nossas vendas, especialmente em Perfumaria.



Obtivemos em 2011 um crescimento de 31,1% em Genéricos (35,5% no 4T), que foi a categoria que apresentou o maior crescimento no ano. Sua participação dentro do nosso mix de vendas foi elevada para 10,5% da receita bruta total e no 4T11 atingiu 10,8%, o que representa um incremento de 0,9 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior e uma elevação ainda maior (1,2 ponto percentual) em relação ao 4T10.

Este crescimento constitui um importante vetor de expansão da margem bruta, uma vez que os genéricos possuem lucratividade bastante superior à dos medicamentos de marca. Ele vem sendo impulsionado por uma onda de novos lançamentos iniciada no final de 2010 (que se intensificou em 2011) e também em decorrência da melhoria na divulgação dos medicamentos genéricos em nossas lojas.

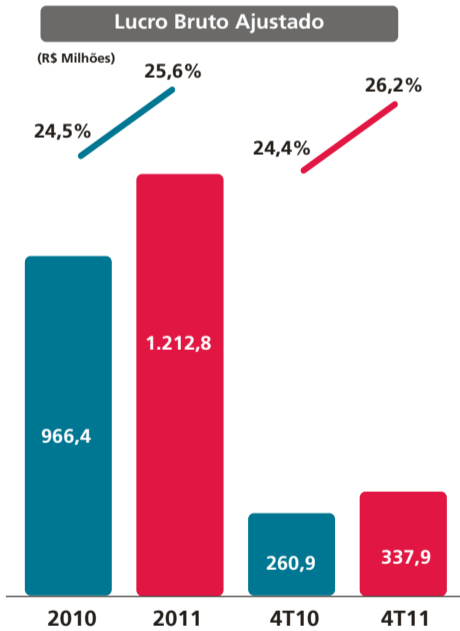
Tivemos um desempenho de OTC abaixo das demais categorias (queda de 0,7 ponto percentual no mix de vendas do ano) que foi reflexo da transferência destes produtos para trás do balcão em conformidade com a determinação da ANVISA. Esta desaceleração foi compensada com a ampliação do espaço de vendas de produtos de higiene e beleza (aumento de 0,6 ponto percentual) e com o aumento de nossas vendas comerciais para ambos os segmentos.

#### LUCRO BRUTO

Encerramos o ano com um lucro bruto ajustado de 25,6%, um incremento de 1,2 ponto percentual em relação ao ano de 2010 (26,2% no 4T11, um incremento de 1,8 ponto percentual sobre o 4T10), registrando um crescimento de 25,5% no ano (29,5% no trimestre).

O incremento nas receitas comerciais e o aproveitamento de compras de oportunidade de RaiaDrogasil, bem como a melhoria nas condições de compras mediante redução de prazos de pagamentos por parte da Droga Raia junto a fornecedores após o seu IPO, em dezembro de 2010, vêm sendo os principais vetores desta elevação da margem bruta.

Importante notar que em decorrência do alinhamento de práticas contábeis e da amortização dos ajustes de PPA sobre os estoques, acabamos por impactar pontualmente o lucro bruto de 2011 em R\$ 23,3 milhões (0,5 ponto percentual).

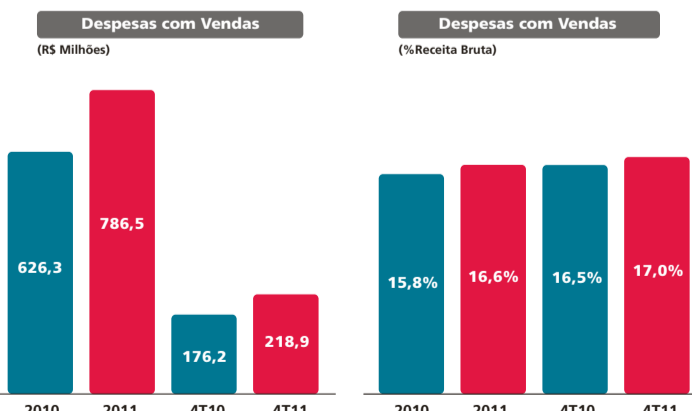


\* Lucro Bruto Ajustado exclui R\$ 7,1 milhões relativos a parcela de amortização do PPA sobre estoques em 2011 e R\$ 23,3 milhões relativos a alinhamento de práticas contábeis.

#### DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas registradas em 2011 totalizaram R\$ 786,5 milhões, equivalente a 16,6% da receita bruta (17,0% no 4T11). Tivemos uma elevação de 0,8 ponto percentual nas despesas de vendas frente a 2010, que no 4T11 equivaleram a 0,5 ponto percentual em relação ao 4T10.

Nossa receita média por loja no quarto trimestre se elevou em 6,2%, ao passo que as despesas médias por loja aumentaram 9,5% no período, o que acarretou uma piora na absorção de despesas.



A forte elevação nas despesas com vendas se deveu ao elevado número de lojas abertas no 3T11 e no 4T11, à aceleração nos índices de inflação, ao investimento em um novo Centro de Distribuição em Goiás e, especialmente, em decorrência de um forte reforço nos quadros de funcionários nas lojas da Droga Raia.

Fizemos no 3T11 um aumento relevante no número médio de funcionários por loja na Raia, com o objetivo de suprir uma importante lacuna de competitividade frente à Drogasil e aos nossos principais concorrentes. Este novo patamar, em torno de 18 funcionários por loja, que se manteve no 4T11, nos permitirá incrementar o padrão de atendimento e de satisfação dos clientes da Droga Raia de forma significativa, visando elevar o faturamento e a rentabilidade média por loja de forma a se aproximarem do padrão Drogasil, que opera com uma média de 19,6 funcionários por loja e que possui vendas médias por loja madura bastante superiores à média da Droga Raia.

A aceleração nos índices de inflação também pressionou as nossas despesas em 2011. A principal pressão inflacionária decorreu do reajuste dos salários, que todos os anos incide a partir de julho, e que neste ano correspondeu a 8,3%, um patamar superior ao da inflação, que foi de 6,5% no ano.

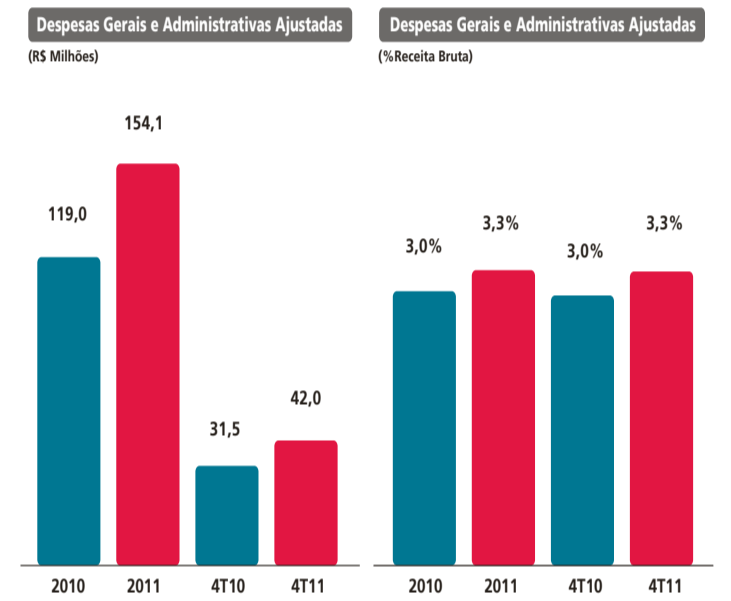
Aceleramos o ritmo de aberturas e inauguramos 40 novas lojas no quarto trimestre. No segundo semestre de 2011 abrimos 71 lojas frente a apenas 28 lojas no primeiro semestre do ano. É importante destacar que, no primeiro mês de existência, nossas lojas apresentam, em média, apenas 50% do faturamento projetado, mas já incorrem em cerca de 90% das despesas esperadas para a maturidade. Portanto, em períodos de aceleração do ritmo de aberturas, acabamos por apresentar uma piora na absorção das despesas com vendas. Além disso, registramos despesas pré-operacionais relativas à estas lojas no valor de R\$ 8,2 milhões, correspondente a 0,2% da receita bruta.

Finalmente, com o objetivo de suportar o nosso crescimento no centro-oeste, abrimos, na segunda metade do ano, um CD de 8.000 m² no estado de Goiás, que visa abastecer todas as nossas lojas na região centro-oeste do País. Nos primeiros meses de operação este Centro de Distribuição trabalha com redundância até que a operação na região ganhe escala através de abertura de novas lojas. Este novo CD incrementou as nossas despesas de vendas em R\$ 3,2 milhões, equivalente a 0,1% da receita bruta de vendas de 2011.

#### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 154,0 milhões no ano de 2011 e representaram 3,3% da receita bruta, uma elevação de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período a 2010. No 4T11, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 42,0 milhões, em linha com o patamar de 3,3% da receita bruta registrado no ano (elevação de 0,3 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior).

Em 2011, fortalecemos a nossa estrutura corporativa, principalmente na área de recursos humanos, com o objetivo de acelerarmos o nosso plano de expansão. Adicionalmente, em decorrência da necessidade de fortalecer o quadro de nossas lojas, recorremos às agências de contratação e desta forma elevamos nossas despesas com comissões, além dos gastos incorridos com o treinamento deste novo efetivo.



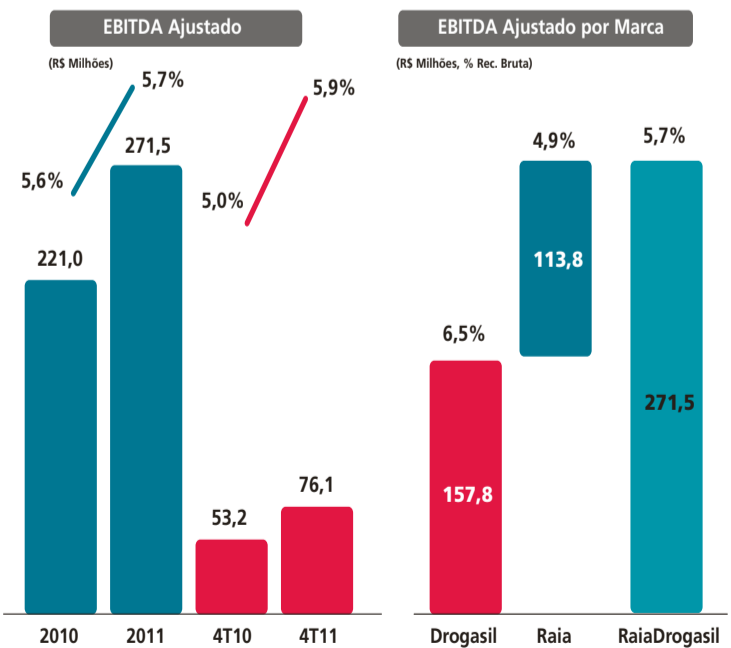
\* Excluem R\$ 35,3 milhões relativos às despesas da transação e crédito de R\$ 0,8 milhão relativo ao alinhamento de práticas contábeis.

#### EBITDA

atingimos no ano de 2011 um EBITDA ajustado de R\$ 271,5 milhões, que correspondeu a um crescimento de 22,8% sobre o ano 2010. Nossa margem EBITDA aumentou em 0,1 ponto percentual sobre o ano anterior, passando a representar 5,7% da receita bruta de vendas. No 4T11 registramos um EBITDA ajustado de 76,2 MM o que representa uma elevação de 43,3% em relação ao mesmo período de 2010, com uma margem de 5,9% e uma expansão de margem de 0,9 ponto percentual.

Apresentamos, tanto no ano como no trimestre, uma elevação importante de margem bruta que nos permitiu fazer frente ao incremento do quadro de funcionários em loja, à aceleração do ritmo de aberturas de lojas, ao reajuste na folha de pagamento e aos ajustes de estrutura e demais pressões inflacionárias verificadas no período.

Vale ressaltar que as lojas abertas ou em processo de abertura no ano de 2011 geraram uma receita bruta de 118,7 milhões no ano e de 67,3 milhões no trimestre, e penalizaram o EBITDA em R\$ 4,8 milhões no ano e em R\$ 1,3 milhão no trimestre. Portanto, se considerássemos apenas as 688 lojas com que encerramos 2010, teríamos um EBITDA ajustado de R\$ 276,3 milhões no ano, equivalente a 6,0% de uma receita bruta de R\$ 4,6 bilhões, e de R\$ 77,4 milhões no trimestre, equivalente a 6,3% da receita bruta de R\$ 1,2 bilhão.



\* Exclui R\$ 57,9 milhões relativos às despesas da transação (R\$ 35,3 MM), alinhamento de práticas contábeis (R\$ 15,5 MM) e amortização de PPA (R\$ 7,1 MM)

Reconciliação do EBITDA (em milhões de reais)	4T10	4T11	2010	2011
Lucro Líquido	21,1	10,8	90,8	105,7
Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas	4,1	(5,1)	23,2	(25,0)
Imposto de Renda	6,5	(7,4)	33,5	38,6
Depreciações e Amortizações	21,5	27,2	73,6	94,4
<b>EBITDA</b>	<b>53,2</b>	<b>25,4</b>	<b>221,0</b>	<b>213,6</b>
Ajustes		50,7		57,9
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>53,2</b>	<b>76,2</b>	<b>221,0</b>	<b>271,5</b>
% da Receita Bruta	5,0%	5,9%	5,6%	5,7%

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

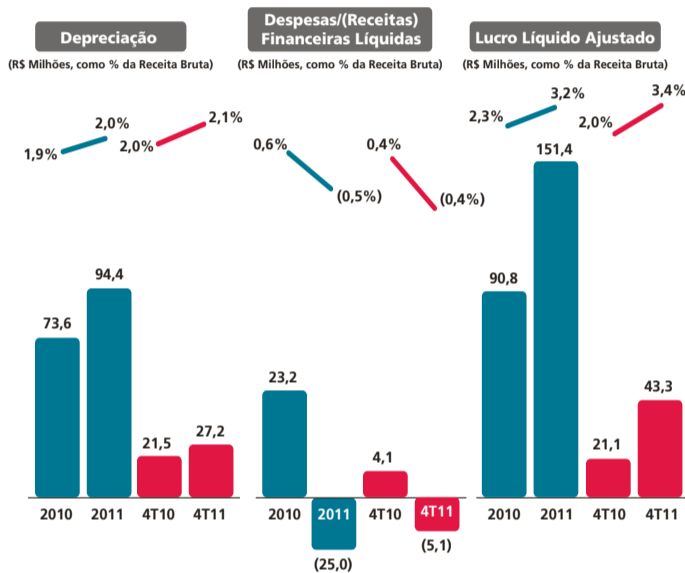
DESPESAS FINANCEIRAS, DEPRECIÇÃO E LUCRO LÍQUIDO

Nossas receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 25,0 milhões, equivalente 0,6% da receita bruta, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 23,2 milhões no ano anterior. No 4T11 registramos uma receita financeira de R\$ 5,1 milhões, representando 0,4% da receita bruta. Este resultado decorreu da aplicação dos recursos provenientes da abertura de capital da Droga Raia (em Dezembro de 2010) e da consequente redução do nosso endividamento combinado.

As despesas de depreciação totalizaram R\$ 94,4 milhões, equivalente a 2,0% da receita bruta, um aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao ano anterior. No 4T11 as despesas de depreciação ficaram em R\$ 27,2 milhões, representando 2,1% da receita bruta (0,1 ponto percentual acima do mesmo período do ano anterior). Esta aceleração ocorreu em função da manutenção de um ritmo acelerado de expansão.

Em decorrência da evolução dos resultados operacionais e da mudança na nossa estrutura de capital, registramos um lucro líquido ajustado de R\$ 151,4 milhões, um aumento 66,8% em relação a 2010. No 4T11 atingimos um lucro líquido ajustado de R\$ 43,3 milhões, com um crescimento de 105,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

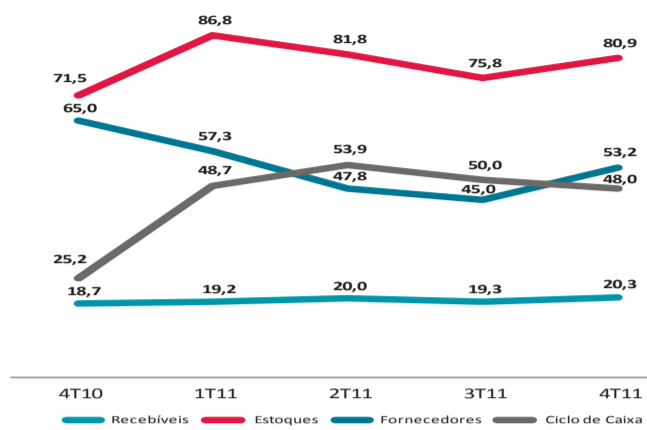
Considerando os ajustes relativos à associação das empresas, harmonização de práticas e alocação de PPA, nosso lucro líquido de 2011 ficou em R\$ 105,7 milhões uma elevação de 16,4% em relação ao ano de 2010 e uma margem líquida de 2,2%.



\* Lucro Líquido Ajustado exclui R\$ 45,7 milhões relativos às despesas da transação (R\$ 23,3 MM), alinhamento de práticas contábeis (R\$ 15,9 MM) e amortização de PPA (R\$ 6,5 MM)

CICLO DE CAIXA

Investimos 23 dias de caixa em relação ao quarto trimestre de 2010. Em comparação com o trimestre anterior, obtivemos uma redução do ciclo de caixa de dois dias, conforme o gráfico abaixo:



A elevação da necessidade de caixa sobre 2010 é consequência da mudança na estratégia de compras da Raia, que se iniciou no primeiro trimestre do ano e que incluiu a redução dos nossos prazos de pagamento e o aumento dos estoques via compras de oportunidade, de forma a incrementar as nossas condições comerciais junto aos fornecedores. Esta mudança na estratégia de compras foi o principal vetor da elevação de margem bruta de 1,5 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2010.

Neste trimestre, melhoramos o nosso ciclo de caixa em dois dias, em decorrência da negociação de produtos sazonais de verão e genéricos com prazos estendidos.

FLUXO DE CAIXA

Tivemos no exercício de 2011 um consumo de caixa de R\$ 226,0 milhões. Os recursos gerados por nossas operações totalizaram R\$ 205,5 milhões, correspondente a 4,3% da receita bruta, um incremento de 17,2% em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que as despesas da transação aí incluídas, incorridas no 4T11, geraram um consumo de caixa de R\$ 35,3 milhões no período.

Nossas operações consumiram R\$ 280,5 milhões de capital de giro no exercício. Este aumento no consumo de caixa decorreu principalmente da mudança da estratégia de compras da Raia a partir do primeiro trimestre de 2011, que consistiu em se reduzir os prazos médios de pagamento para aumentar a nossa margem bruta, e que resultou em uma elevação total de margem bruta de 1,1 ponto percentual em relação a 2010.

Investimos no exercício R\$ 151,0 milhões, sendo R\$ 93,4 milhões na expansão da nossa rede, R\$ 16,9 milhões na manutenção das nossas lojas e R\$ 40,7 milhões no aprimoramento da nossa estrutura.

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	4T11	4T10	2011	2010
<b>LAIR</b>	<b>3,4</b>	<b>27,6</b>	<b>144,2</b>	<b>124,2</b>
(-) Imposto de Renda	(17,2)	(8,9)	(43,4)	(31,8)
(+) Depreciação	27,2	21,5	94,4	73,6
(-) Outros Ajustes	(1,8)	(0,6)	10,3	9,4
<b>Recursos das Operações</b>	<b>11,5</b>	<b>39,6</b>	<b>205,5</b>	<b>175,4</b>
<b>Ciclo de Caixa*</b>	<b>0,7</b>	<b>3,8</b>	<b>(289,1)</b>	<b>(75,3)</b>
<b>Outros</b>	<b>5,5</b>	<b>(5,3)</b>	<b>8,6</b>	<b>27,1</b>

Fluxo de Caixa (R\$ milhões)	4T11	4T10	2011	2010
<b>Operações</b>	<b>17,7</b>	<b>38,1</b>	<b>(75,0)</b>	<b>127,3</b>
<b>Investimentos</b>	<b>(53,2)</b>	<b>(53,2)</b>	<b>(151,0)</b>	<b>(184,6)</b>
<b>Fluxo de Caixa Total</b>	<b>(35,5)</b>	<b>(15,1)</b>	<b>(226,0)</b>	<b>(57,4)</b>

\* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores

\*\* A demonstração não inclui o fluxo de caixa de financiamento

No ano de 2011 realizamos a apropriação de R\$ 44,2 milhões de juros sobre o capital próprio, e o montante total pago no exercício correspondeu a R\$ 42,5 milhões, uma elevação de 36,1% sobre o montante de R\$ 31,3 milhões pagos no ano de 2010.

MERCADO DE CAPITAIS

Desde que a associação entre Raia e Drogasil foi divulgada, incrementamos o valor da nossa ação em 59,7%, considerando o preço de R\$ 16,85 em 23 de março de 2011. Nossa valorização superou o IBOVESPA em 9,2 pontos percentuais

No dia 19 de dezembro, as empresas Raia e Drogasil passaram a ser negociadas em bolsa sob um único ticker RADL3. Desde esta data temos registrado um volume médio diário de R\$ 14,2 milhões. Como reflexo deste desempenho recente, ingressamos no índice IBR-X 100 no dia 2 de janeiro de 2012. Este índice inclui 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro.

O gráfico abaixo demonstra um histórico das ações da RaiaDrogasil, desde a Oferta Pública da Drogasil, em junho de 2007. Apresentamos uma valorização acumulada de 200,9% em comparação a 21,0% registrados pelo IBOVESPA, que equivaleu a uma taxa média de retorno anual de 29,1%<4,1% no período. Este desempenho se deveu ao nosso desempenho operacional e à confiança em nós depositada pelos nossos investidores.



Demonstrações Financeiras Combinadas (em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais

Ativo	4T10	4T11	2010	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	4T10	4T11	2010	2011
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	561.721	339.971	561.721	339.971	Fornecedores	547.729	536.399	547.729	536.399
<b>Aplicações Financeiras Mantidas até o Vencimento</b>	<b>15.319</b>		<b>15.319</b>		<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>47.723</b>	<b>50.325</b>	<b>47.723</b>	<b>50.325</b>
Clientes	219.391	287.843	219.391	287.843	Salários e Encargos Sociais	70.082	92.460	70.082	92.460
<b>Estoques</b>	<b>602.869</b>	<b>814.975</b>	<b>602.869</b>	<b>814.975</b>	<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>22.894</b>	<b>30.035</b>	<b>22.894</b>	<b>30.035</b>
Tributos a Recuperar	58.135	93.160	58.135	93.160	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	11.914	3.662	11.914	3.662
Outras Contas a Receber	51.129	79.340	51.129	79.340	Provisão para Demandas Judiciais	1.264	1.637	1.264	1.637
Despesas do Exercício Seguinte	7.402	10.506	7.402	10.506	Outras Contas a Pagar	36.464	76.714	36.464	76.714
	<u>1.515.966</u>	<u>1.625.795</u>	<u>1.515.966</u>	<u>1.625.795</u>		<u>738.070</u>	<u>791.232</u>	<u>738.070</u>	<u>791.232</u>
<b>Não Circulante</b>					<b>Não Circulante</b>				
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>4.320</b>	<b>7.445</b>	<b>4.320</b>	<b>7.445</b>	<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>95.694</b>	<b>111.985</b>	<b>95.694</b>	<b>111.985</b>
Tributos a Recuperar	27.620	35.874	27.620	35.874	Provisão para Demandas Judiciais	5.247	3.272	5.247	3.272
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>	<b>54.043</b>		<b>54.043</b>		<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</b>		<b>51.715</b>		<b>51.715</b>
Outros Créditos	821	744	821	744	Outras Obrigações	10.940	8.930	10.940	8.930
<b>Investimentos</b>						<u>111.881</u>	<u>175.902</u>	<u>111.881</u>	<u>175.902</u>
<b>Imobilizado</b>	<b>315.935</b>	<b>370.605</b>	<b>315.935</b>	<b>370.605</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>				
<b>Intangível</b>	<b>96.927</b>	<b>327.873</b>	<b>96.927</b>	<b>327.873</b>	<b>Capital Social</b>	<b>817.831</b>	<b>908.639</b>	<b>817.831</b>	<b>908.639</b>
<b>Ágio</b>		<b>799.972</b>		<b>799.972</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>138.554</b>	<b>1.039.935</b>	<b>138.554</b>	<b>1.039.935</b>
	<u>499.666</u>	<u>1.542.513</u>	<u>499.666</u>	<u>1.542.513</u>	<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>19.523</b>	<b>13.325</b>	<b>19.523</b>	<b>13.325</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.015.632</b>	<b>3.168.308</b>	<b>2.015.632</b>	<b>3.168.308</b>	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>188.837</b>	<b>229.537</b>	<b>188.837</b>	<b>229.537</b>
					<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>(3.302)</b>	<b>(3.302)</b>		
					<b>Dividendo Adicional Proposto</b>	<b>4.238</b>	<b>9.738</b>	<b>4.238</b>	<b>9.738</b>
						<u>1.165.681</u>	<u>2.201.174</u>	<u>1.165.681</u>	<u>2.201.174</u>
					<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>2.015.632</b>	<b>3.168.308</b>	<b>2.015.632</b>	<b>3.168.308</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	4T10	4T11	2010	2011
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>27.623</b>	<b>3.412</b>	<b>124.240</b>	<b>144.239</b>
<b>Ajustes</b>				
Depreciações e amortizações	21.457	27.151	73.594	94.408
Plano de opção de ações	207	(285)	829	532
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	756	811	657	771
Provisão (reversão) para demandas judiciais	416	(1.957)	1.949	(260)
Provisão para perdas no estoque	(3.690)	(2.397)	(1.663)	183
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	53	(961)	1.117	(1.071)
Despesas de juros	1.672	2.967	6.511	10.175
	<u>48.494</u>	<u>28.741</u>	<u>207.234</u>	<u>248.977</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Aplicações financeiras	364	16.444	(810)	15.319
Contas a receber	(5.515)	(26.810)	(32.364)	(74.195)
Estoques	(110.950)	(77.359)	(141.168)	(203.589)
Outros ativos circulantes	13.110	(3.165)	2.124	(48.156)
Ativos no realizável a longo prazo	(9.473)	(4.313)	1.674	(9.523)
Fornecedores	120.272	104.833	98.253	(11.331)
Salários e encargos sociais	(7.353)	(9.967)	12.045	22.378
Impostos, taxas e contribuições	(2.420)	5.946	(3.604)	5.752
Outras obrigações	730	12.911	14.926	33.938
Aluguéis a pagar	132	4.847	(45)	4.174
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>47.391</b>	<b>51.388</b>	<b>158.265</b>	<b>(16.256)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.892)	(17.218)	(31.795)	(43.444)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>38.499</b>	<b>34.170</b>	<b>126.470</b>	<b>(59.700)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado e intangível	(53.202)	(53.671)	(185.519)	(152.496)
Recebimentos por vendas de imobilizados	10	489	871	1.509
Aplicações financeiras restritas			2.065	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(53.192)</b>	<b>(53.182)</b>	<b>(182.583)</b>	<b>(150.987)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Financiamentos tomados	6.136	19.193	80.118	66.325
Pagamentos de financiamentos	(130.813)	(13.593)	(151.780)	(42.065)
Juros pagos	(10.088)	(4.087)	(33.578)	(15.596)
Aumento do capital social, líquido dos gastos com emissão de ações	477.818		477.818	21.899
Recebimento de exercício do plano de opção de ação		644	262	909
Recebimento da alienação de ações mantidas em tesouraria	125.510		125.510	
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(9.666)	(26.968)	(31.251)	(42.535)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>458.897</b>	<b>(24.811)</b>	<b>(467.099)</b>	<b>(11.063)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>117.517</b>	<b>383.794</b>	<b>150.735</b>	<b>561.721</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>561.721</b>	<b>339.971</b>	<b>561.721</b>	<b>339.971</b>

Demonstrações do Resultado

	4T10	4T11	2010	2011
<b>Receita bruta de vendas e serviços</b>	<b>1.068.741</b>	<b>1.287.973</b>	<b>3.951.826</b>	<b>4.730.034</b>
Impostos e devoluções sobre vendas e serviços	(40.992)	(50.263)	(150.852)	(183.223)
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	<b>1.027.749</b>	<b>1.237.710</b>	<b>3.800.974</b>	<b>4.546.811</b>
Custo das mercadorias vendidas	(766.845)	(916.725)	(2.834.591)	(3.357.286)
<b>Lucro bruto</b>	<b>260.904</b>	<b>320.985</b>	<b>966.383</b>	<b>1.189.525</b>
Despesas				
Com vendas	(176.187)	(218.943)	(626.317)	(786.488)
Gerais e administrativas	(31.548)	(42.025)	(119.025)	(154.084)
Outras despesas operacionais, líquidas		(34.576)		(35.331)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(207.735)</b>	<b>(295.544)</b>	<b>(745.342)</b>	<b>(975.903)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>53.169</b>	<b>25.441</b>	<b>221.041</b>	<b>213.622</b>
Depreciação e Amortização	(21.457)	(27.151)	(73.594)	(94.408)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>31.712</b>	<b>(1.710)</b>	<b>147.447</b>	<b>119.214</b>
Despesas financeiras	(11.212)	(4.950)	(38.776)	(21.661)
Receitas financeiras	7.123	10.072	15.569	46.686
<b>Despesas/Receitas Financeiras</b>	<b>(4.089)</b>	<b>5.122</b>	<b>(23.207)</b>	<b>25.025</b>
<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	<b>27.623</b>	<b>3.412</b>	<b>124.240</b>	<b>144.239</b>
Imposto de renda e contribuição social	(6.493)	7.412	(33.487)	(38.586)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>21.130</b>	<b>10.824</b>	<b>90.753</b>	<b>105.653</b>

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

#### Balancos Patrimoniais

Ativo	Controladora		Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)			2011	2010 (Reclassificado)	
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	144.863	180.846	339.971	Fornecedores	211.047	192.722	536.399
Aplicações financeiras mantidas até o vencimento		15.319		Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	24.928	20.355	50.325
Clientes (Nota 7)	146.788	114.294	287.843	Salários e encargos sociais	38.112	28.275	92.460
Estoques (Nota 8)	388.763	295.958	814.975	Impostos, taxas e contribuições	16.781	14.243	30.035
Tributos a recuperar (Nota 9)	61.579	39.656	93.160	Dividendo e juros sobre o capital próprio (Nota 16 b.)	3.662	11.914	3.662
Outras contas a receber	22.002	16.723	79.340	Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	1.428	1.264	1.637
Despesas do exercício seguinte	6.568	3.652	10.506	Outras contas a pagar	28.589	18.881	76.714
	770.563	666.448	1.625.795		324.547	287.654	791.232
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais (Nota 13)	4.562	1.912	7.445	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	62.749	28.237	111.985
Tributos a recuperar (Nota 9)	33.796	27.204	35.874	Provisão para demandas judiciais (Nota 13)	678	1.066	3.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14.b)		1.628		Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14.b)	4.484		51.715
Outros créditos	744	667	744	Outras obrigações	3.020	2.762	8.930
Investimentos (Nota 10)	1.554.303				70.931	32.065	175.902
Imobilizado (Nota 11 a.)	175.126	154.281	370.605	Total do passivo	395.478	319.719	967.134
Intangível (Nota 11 b.)	57.558	66.196	1.127.845	Patrimônio líquido (Nota 16)			
	1.826.089	251.888	1.542.513	Capital social	908.639	285.400	908.639
				Reservas de capital	1.039.935	100.889	1.039.935
				Reserva de reavaliação	13.325	19.523	13.325
				Reservas de lucros	229.537	191.869	229.537
				Ações em tesouraria		(3.302)	
				Dividendo adicional proposto	9.738	4.238	9.738
				Total do patrimônio líquido	2.201.174	598.617	2.201.174
				Total do passivo e patrimônio líquido	2.596.652	918.336	3.168.308
<b>Total do ativo</b>	<b>2.596.652</b>	<b>918.336</b>	<b>3.168.308</b>				

#### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de capital					Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Total	
	Capital social	Correção monetária especial	Prêmio de opção de ações	Ágio na emissão/alienação de ações	Outras	Reserva de reavaliação	Legal	Estatutária	Lucros acumulados			Ações em tesouraria
<b>Em 31 de dezembro 2009</b>	285.400	10.191	3.190	930	326	19.725	9.924	121.580		(43.651)	3.989	411.604
Dividendo referente ao exercício de 2009 aprovado na AGO de 05 de abril de 2010									202		(3.989)	(3.989)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(202)			61			61
Juros sobre o capital próprio prescrito												829
Plano de opção de ações - apropriação			829									262
Plano de opção de ações - exercida			(1.118)	305						1.075		125.510
Ágio na alienação de ações mantidas em Tesouraria				86.236						39.274		89.015
Lucro líquido do exercício									89.015			89.015
Destinação do resultado												
Reserva legal						4.451			(4.451)			
Reserva estatutária							55.914		(55.914)			
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,141091073 por ação (Nota 16.b)									(24.675)			(24.675)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos									(875)		875	
Dividendo adicional proposto									(3.363)		3.363	
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	285.400	10.191	2.901	87.471	326	19.523	14.375	177.494		(3.302)	4.238	598.617
Aumento de capital decorrente da incorporação de ações da Raia S.A.	623.239			940.907								1.564.146
Dividendo referente ao exercício de 2010 aprovado na AGO de 11 de abril de 2011									202		(4.238)	(4.238)
Realização de reserva de reavaliação, líquida de imposto de renda e da contribuição social						(202)						(5.996)
I.R.P.J. e C.S.S.L. diferidos sobre reserva de reavaliação de terrenos						(5.996)						70
Juros sobre o capital próprio prescrito									70			532
Plano de opção de ações - apropriação (Nota 17)			532									3.302
Plano de opção de ações - exercida (Nota 17)			(3.433)	1.040						3.302		68.696
Lucro líquido do exercício									68.696			68.696
Destinação do resultado												
Reserva legal												
Reserva estatutária							37.668		(37.668)			
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 0,132782857 por ação (Nota 16.b)									(21.562)			(21.562)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto									(9.738)		9.738	
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	908.639	10.191		1.029.418	326	13.325	14.375	215.162			9.738	2.201.174

#### Demonstrações do Resultado

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	
<b>Receita líquida de vendas (Nota 18)</b>	2.318.773	2.007.828	2.729.392
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)	(2.011.471)
<b>Lucro bruto</b>	617.118	515.924	717.921
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Com vendas	(383.250)	(312.185)	(464.112)
Gerais e administrativas	(74.457)	(58.475)	(88.226)
Depreciações e amortizações	(44.599)	(31.292)	(55.672)
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(18.411)		(30.354)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(9.843)		
	(530.560)	(401.952)	(638.364)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	86.558	113.972	79.557
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras (Nota 21.a)	18.584	12.372	22.447
Despesas financeiras (Nota 21.b)	(9.132)	(5.515)	(10.799)
	9.452	6.857	11.648
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	96.010	120.829	91.205
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14.a)			
Corrente	(27.094)	(29.981)	(25.270)
Diferido	(220)	(1.833)	2.761
	(27.314)	(31.814)	(22.509)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	68.696	89.015	68.696
Lucro por ação - básico (Nota 15)	0,21599	0,49533	0,21599
Lucro por ação - diluído (Nota 15)	0,21599	0,49318	0,21599

#### Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	
<b>Receitas</b>			
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	2.407.062	2.080.648	2.829.944
Outras receitas	412	484	412
(Constituição) reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157)	51	(471)
	2.407.317	2.081.183	2.829.885
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.549.443)	(1.373.777)	(1.858.944)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(94.577)	(65.262)	(132.434)
Perda de valores ativos	(1.366)	(609)	(1.366)
	(1.645.386)	(1.439.648)	(1.992.744)
<b>Valor adicionado bruto</b>	761.931	641.535	837.141
Depreciação e amortização	(44.599)	(31.292)	(55.672)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	717.332	610.243	781.469
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	(9.843)		
Receitas financeiras	18.584	12.372	22.448
	8.741	12.372	22.448
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	726.073	622.615	803.917
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Pessoal	230.902	184.223	278.524
Remuneração direta	186.345	146.903	224.643
Benefícios	29.475	25.602	35.985
Fundo de garantia por tempo de serviço	15.082	11.718	17.896
Impostos, taxas e contribuições	318.408	265.805	334.674
Federais	100.572	93.484	111.252
Estaduais	214.586	169.643	219.647
Municipais	3.250	2.678	3.775
Remuneração de capitais de terceiros	108.067	83.572	122.023
Juros e variações cambiais	40.782	32.271	42.876
Aluguéis	67.285	51.301	79.147
Remuneração de capitais próprios	68.696	89.015	68.696
Juros sobre capital próprio	21.562	24.675	21.562
Dividendo e juros sobre capital próprio adicional proposto	9.738	4.238	9.738
Lucros retidos do exercício	37.396	60.102	37.396
<b>Valor adicionado distribuído</b>	726.073	622.615	803.917

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado
	2011	2010 (Reclassificado)	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	96.010	120.829	91.205
<b>Ajustes</b>			
Depreciações e amortizações	44.599	31.292	55.672
Plano de opção de ações	532	829	532
Resultado na venda ou baixa do imobilizado e intangível	957	58	1.026
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(94)	1.092	(245)
Provisão para perda de estoques	1.259	8	500
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	157	(51)	471
Despesas de juros	7.502	4.380	9.092
Resultado de equivalência patrimonial	9.843		
	160.765	158.437	158.253
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Aplicações financeiras	15.319	(810)	15.319
Contas a receber	(37.923)	(18.521)	(46.186)
Estoques	(94.064)	(35.030)	(124.563)
Outros ativos circulantes	(21.980)	(6.784)	(12.809)
Ativos no realizável a longo prazo	(6.813)	(9.178)	(6.686)
Fornecedores	18.325	(3.325)	69.995
Salários e encargos sociais	9.837	(3.225)	(350)
Impostos, taxas e contribuições	(2.421)	(5.083)	(2.416)
Outras obrigações	7.919	7.025	7.663
Aluguéis a pagar	1.917	735	2.339
<b>Caixa proveniente das operações</b>	50.881	84.241	60.559
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.940)	(31.795)	(31.940)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	18.941	52.446	28.619
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado e intangível	(58.264)	(101.577)	(83.705)
Recebimentos por vendas de imobilizados	494	871	494
Caixa adquirido em combinação de negócios			226.409
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(57.770)	(100.706)	143.198
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Financiamentos tomados	60.865	28.543	60.865
Pagamentos de financiamentos	(22.647)	(17.785)	(26.183)
Juros pagos	(6.636)	(3.865)	(7.420)
Recebimento de exercício do plano de opção de ação	909	262	909
Recebimento da alienação de ações mantidas em tesouraria		125.510	
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(29.645)	(31.251)	(40.863)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>	2.846	101.414	(12.692)
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(35.983)	53.154	159.125
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	180.846	127.692	180.846
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	144.863	180.846	339.971

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

#### 1 Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo. Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordin

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

**2 Apresentação das demonstrações financeiras**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia, em 21 de março de 2012, autorização para emissão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais "R\$", que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia optou por apresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto (lado a lado) por não existir diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado constantes nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais preparadas de acordo com o IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como parte dos trabalhos de associação a Administração analisou as principais práticas contábeis aplicadas na Companhia e alterou a classificação das receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores e outras receitas conforme demonstrado a seguir:

- (i) As receitas oriundas dos acordos comerciais com fornecedores, líquidas dos impostos (PIS e COFINS), anteriormente apresentadas como receitas operacionais e financeiras, passaram a ser apresentadas como redutoras do custo das mercadorias vendidas; e
- (ii) As receitas de prestação de serviços (recarga de celular, venda de fichas para balança, publicidade em ponto de venda e outras), líquidas de impostos (ISS), anteriormente registradas nas rubricas de: outras receitas operacionais e redutoras das despesas de vendas, passaram a ser registradas como receitas líquidas de vendas.

A Administração acredita que estas práticas melhor representam os esforços de negociação com os seus fornecedores, bem como o custo e a margem obtidos com a venda de mercadorias, sejam elas medicamentos ou não.

Com o objetivo de permitir a comparação dos exercícios, os montantes reclassificados no exercício de 2010 são demonstrados a seguir:

(i) Demonstrações do Resultado	2010	Reclassificações	(reapresentado)
Receitas líquidas de vendas	2.005.216	2.612	2.007.828
Custo das mercadorias vendidas	(1.526.818)	34.914	(1.491.904)
Despesas com vendas	(317.663)	5.478	(312.185)
Gerais e administrativas	(59.320)	845	(58.475)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42.106	(42.106)	
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
(ii) Demonstrações do Valor Adicionado	2010		

(ii) Demonstrações do Valor Adicionado	2010	Reclassificações	(reapresentado)
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços	2.077.902	2.746	2.080.648
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.408.691)	34.914	(1.373.777)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.057)	(32.205)	(65.262)
Receitas financeiras	14.115	(1.743)	12.372
Remuneração direta	143.325	3.578	146.903
Municipais	2.544	134	2.678

A Companhia reclassificou em 2010 o imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 3.949 do passivo não circulante para o ativo não circulante.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

**3 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As normas contábeis emitidas e revisadas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são demonstradas a seguir:

**(a) Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes**

Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

**(b) IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados**

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações, desvalorizações e reformulação. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

**(c) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração**

Encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

**(d) IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas**

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

**(e) IFRS 11 - Acordos de Participação**

A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures - Contribuições Não Monetárias de Investidores foi retirada com a emissão da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto.

Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

**(f) IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades**

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção antecipada de forma opcional.

**(g) IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo**

A IFRS 13 apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é abrangente, aplicando-se a itens de instrumentos financeiros e não financeiros, para os quais outros IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações das mensurações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros somente de acordo com a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, serão complementadas pela IFRS 13 de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. Entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, tendo a sua adoção

antecipada de forma opcional.

A Administração da Companhia avaliou os impactos dessas novas e revisadas IFRSs e prevê que sua adoção não irá provocar um impacto relevante nas informações contábeis da Companhia.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

**4 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**(a) Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada direta Raia S.A. em 31 de dezembro de 2011 e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios com suas atividades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011, a Companhia emitiu 142.065.980 ações que foram integralizadas com a totalidade das ações da Raia S.A. e como consequência a Raia S.A. passou a ser subsidiária integral da Raia Drogasil S.A..

O resultado da Controlada Raia S.A. passou a ser consolidado desde a data de aquisição, ou seja, 10 de novembro de 2011. Dessa forma, o resultado, as demonstrações do fluxo de caixa e as demonstrações do valor adicionado consolidados, contemplam 12 meses de operação da Controladora mais 02 meses de operação da Controlada.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

**(b) Combinações de negócios**

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, mensurados a valor justo). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição por participação da Companhia no valor justo líquido entre os ativos e passivos, identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Quando a contraprestação é menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado. A Companhia utiliza os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas, descritos anteriormente, para determinação dos efeitos da combinação de negócio nas demonstrações financeiras individuais.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

**(d) Instrumentos financeiros****(i) Ativos Financeiros**

Classificação e mensuração  
A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

**(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

**(2) Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**(3) Empréstimos e Recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

**(ii) Passivos Financeiros**

Classificação e mensuração  
A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

**Outros passivos financeiros**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**(iii) Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

**Hierarquia de valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

**(e) Contas a receber**

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

**(f) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como

parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

**(g) Impostos**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

**(h) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

**(i) Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.a). O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

**(j) Intangíveis****(1) Ágio na aquisição de empresa**

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

**(2) Pontos comerciais**

Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 11.b), as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

**(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática**

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.b).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.b).

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrerem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**(k) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")**

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como ágio, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

**(l) Arrendamentos**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Controladora não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

**Arrendamentos financeiros da Controlada Raia S.A.**

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Controlada detém substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 11.

**(m) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

**(n) Benefícios a funcionários**

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

**(o) Programa de fidelidade**

A Controlada mantém um programa "Muito Mais Raia" de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos. As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas a seu valor justo, que representa o preço estimado que a Controlada pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acumulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Controlada calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

**(p) Plano de opção de compra de ações**

A Companhia possuía o plano de opção de compra de ação que podia ser outorgado a seus administradores e empregados em nível gerencial. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovado o cancelamento do plano de opção de compra de ações e a antecipação do exercício das opções outorgadas em 28 de junho de 2007, conforme descrito na nota 17. O valor justo das opções de compra de ações foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de avaliação Binomial Americano, conforme descrito na Nota 17.

A despesa foi registrada na rubrica "Remuneração da diretoria e dos conselhos de administração e fiscal", durante o período de prestação de serviços, que se inicia na data da outorga e finaliza na data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Na mesma Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de novembro de 2011 foi aprovada a proposta do novo plano de opção de compra de ações da Companhia.

**(q) Reservas de capital e de lucros**

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

**(r) Dividendo**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto", permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

**(s) Juros sobre o capital próprio**

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica "Despesas financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta "Despesas financeiras" tendo como contrapartida a conta "Lucros acumulados".

**(t) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

**(u) Ajuste a valor presente**

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

**(v) Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

**(w) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

**(1) Impostos**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

**(2) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(3) Redução ao valor recuperável ("Impairment")**

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para os quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

**(4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**(x) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)**

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

**(y) Demonstração dos fluxos de caixa**

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

**5 Combinações de negócios**

Em 10 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação de ações da Raia S.A. pela Drogasil S.A., com a emissão de 142.065.980 (cento e quarenta e dois milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e escriturais, que foram subscritas pelos administradores da Raia, por conta e ordem de seus acionistas, mediante a versão das ações de emissão da Raia S.A. ao patrimônio da Drogasil S.A.. Na mesma data ocorreu a alteração da razão social de Drogasil S.A. para Raia Drogasil S.A..

A combinação de negócios ocorreu por meio de troca de ações entre os acionistas da Companhia e da Raia S.A.. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações foi de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Companhia para cada ação ordinária de emissão da Raia, sendo que a composição do capital da Companhia é detida pelos seus antigos acionistas na proporção de 57% e pelos antigos acionistas da Raia S.A. na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, a Companhia passou a deter 100% de participação em sua Controlada Raia S.A..

A norma contábil CPC 15 (IFRS3-R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Para fins dessa determinação levou-se em consideração a entidade que emitiu instrumentos de participação societária (ações), a composição do capital votante e o tamanho relativo das duas empresas mensurado por meio de seus ativos, receitas e lucros. Neste contexto, os acionistas da Companhia passaram a ter o controle sobre a Raia S.A.. Em 10 de novembro de 2011 ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como "data de aquisição" para fins do reconhecimento contábil da transação.

Considerando que a transação foi realizada através de troca de ações entre os acionistas das Companhias, o valor da contraprestação paga foi determinado com base no número total de ações emitidas pela Companhia e entregues aos acionistas da Raia S.A., pelo valor de cotação no mercado dessas ações em 10 de novembro de 2011, conforme demonstrado a seguir:

(i) Quantidade de ações entregue aos acionistas de Raia S.A.: 142.065.980 ações ordinárias;			
(ii) Valor da ação: R\$11,01/ação (cotação de 10 de novembro de 2011);			
(iii) Consideração total: R\$ 1.564.146.			
Como não foram identificadas variações relevantes nos principais saldos contábeis da Raia, no período entre 31 de outubro de 2011 e 10 de novembro de 2011, a Administração adotou o balanço de 31 de outubro de 2011 como balanço de abertura para fins da alocação dos efeitos da aquisição. Os detalhes dos valores em livros e valores justos dos ativos líquidos adquiridos e o ágio estão demonstrados a seguir:			
			<b>31/10/2011</b>
			<b>(Valor Justo)</b>
<b>Ativos circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	226.409		
Contas a receber de clientes	132.792		
Impostos a recuperar	30.831		
Estoques	394.954		
Outros	71.979		
	<u>771.965</u>		
			<u>856.965</u>

**Ativos não circulantes**

Depósitos para recursos	4.163		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.644		
Outros	1.612		
	<u>43.419</u>		
			<u>187.122</u>
			<u>284.259</u>
			<u>471.381</u>
			<u>1.371.765</u>

**Imobilizado****Intangível****Passivos circulantes**

Fornecedores	(273.683)		
Empréstimos e financiamentos	(25.613)		
Obrigações sociais e trabalhistas	(64.535)		
Obrigações fiscais	(14.829)		
Outros	(58.891)		
	<u>(437.551)</u>		

**Passivos não circulantes**

Empréstimos e financiamentos	(51.749)		
Obrigações fiscais	(3.873)		
Provisão para contingências	(4.107)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(87.556)		
Outros	(2.567)		
	<u>(150.152)</u>		
			<u>(587.703)</u>
			<u>784.062</u>
			<u>1.564.146</u>
			<u>780.084</u>

**Total dos ativos (passivos) líquidos****Contraprestação transferida****Ágio gerado na aquisição**

O ágio no montante de R\$ 780.084 decorrente da aquisição representa o benefício econômico futuro esperado pela combinação dos negócios, e o valor do ágio que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 692.228, a diferença refere-se ao imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 87.856.

Os custos referentes à aquisição, no valor de R\$ 18.075 para a Controlada e R\$ 30.018 para o consolidado, foram reconhecidos como despesa do exercício, na rubrica outras despesas operacionais da demonstração do resultado.

**Informações Pro Forma (Não Auditadas)**

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetuada em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas do Grupo das operações continuadas seriam de R\$ 4.546.811 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de R\$ 105.653.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
Caixa e bancos	15.750	12.115	31.050
Certificado de depósitos bancários	102.997	144.771	282.805
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	<u>26.116</u>	<u>23.960</u>	<u>26.116</u>
	<u>144.863</u>	<u>180.846</u>	<u>339.971</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como "instrumentos financeiros mantidos para negociação" e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

**7 Clientes**

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
A vencer	141.903	112.725	279.588
Vencidas			
Entre 1 e 30 dias	4.927	1.486	7.811
Entre 31 e 60 dias	128	83	614
Entre 61 e 90 dias	74	49	74
Entre 91 e 180 dias	201	187	201
Entre 181 e 360 dias	4	30	4
A mais de 360 dias	201	228	515
Provisão para créditos liquidação duvidosa	(650)	(494)	(964)
	<u>146.788</u>	<u>114.294</u>	<u>287.843</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(494)	(544)	(494)
Adições	(650)	(531)	(650)
Adições por meio de combinação de negócios			(314)
Reversões	494	581	494
Saldo final	<u>(650)</u>	<u>(494)</u>	<u>(964)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros "Recebíveis" e, portanto mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4.(i) (3).

**8 Estoques**

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
Mercadorias de revenda	388.974	294.681	810.575
Materiais	2.245	2.474	9.403
Provisão para perdas com mercadorias	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>
Total dos estoques	<u>388.763</u>	<u>295.958</u>	<u>814.975</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo. A movimentação da provisão para perdas com mercadorias está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
Saldo inicial	(1.197)	(1.190)	(1.197)
Adições	(1.928)	(1.225)	(1.928)
Adições por meio de combinação de negócios			(3.306)
Reversões	669	1.218	1.428
Saldo final	<u>(2.456)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(5.003)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 1.687.975 (R\$ 1.479.409 em 2010) para a Controladora e de R\$ 1.998.550 para o consolidado.

O valor das baixas de estoques reconhecidas como perdas totalizou R\$ 13.680 (R\$ 12.495 em 2010) para a Controladora e R\$ 12.921 para o consolidado, reconhecido em custo de vendas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

**11 Imobilizado e intangível****(a) Imobilizado**

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Custo	Terrenos	Edificações	Móveis, utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benefitórias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2010	22.551	28.552	37.217	22.534	6.943	53.963	6.319	178.079
Adições	2.086	615	16.956	6.228	3.248	29.894	4.223	63.650
Alienações			(2.290)	(864)	(1.450)	(5.271)	(140)	(10.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições		3.495	14.297	5.593	2.662	27.699	644	54.390
Alienações			(1.270)	(570)	(807)	(5.518)	(872)	(9.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.637	32.662	64.910	33.321	10.596	100.767	10.174	277.067
<b>Depreciação acumulada</b>								
Taxas anuais médias de depreciação		2,7	10	16,4	24,4	20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2010		(12.796)	(13.654)	(11.825)	(2.671)	(19.327)	(1.893)	(62.166)
Adições		(742)	(3.874)	(3.335)	(1.819)	(12.902)	(1.709)	(24.381)
Alienações			2.142	771	1.058	5.023	120	9.114
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições		(836)	(5.329)	(4.012)	(2.296)	(17.873)	(2.042)	(32.388)
Alienações			909	544	737	4.818	872	7.880
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.374)	(19.806)	(17.857)	(4.991)	(40.261)	(4.652)	(101.941)
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2010	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	24.637	18.288	45.104	15.464	5.605	60.506	5.522	175.126

**9 Tributos a recuperar**

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
<b>Circulante</b>			
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	55.761	36.435	65.929
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	1.671	1.173	6.790
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	2.102	1.800	2.102
ICMS - Outros	171	147	171
PIS - Programa de integração social			1.635
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			3.137
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	1.806	30	4.017
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		3	6.252
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido			2.287
INSS - Instituto nacional da seguridade social	68	68	776
Outros			

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado consolidado:

	Terrenos	Edificações	Móveis e utensílios e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Reformas e modernizações de lojas	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	24.637	29.167	51.883	28.298	8.741	78.586	10.402	231.714
Adições por meio de combinações de negócios	3.088	729	108.119	39.849	9.275	191.922		352.982
Adições		3.495	19.335	9.798	3.090	39.572	644	75.934
Alienações			(1.270)	(570)	(1.456)	(5.518)	(872)	(9.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.725	33.391	178.067	77.375	19.650	304.562	10.174	650.944
<b>Depreciação acumulada</b>								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,7	7,4 - 10	7,1 - 16,4	20 - 24,4	17 - 20,6	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011		(13.538)	(15.386)	(14.389)	(3.432)	(27.206)	(3.482)	(77.433)
Adições por meio de combinações de negócios		(165)	(46.923)	(24.498)	(4.313)	(96.239)		(172.138)
Adições		(840)	(6.889)	(4.687)	(2.555)	(22.216)	(2.042)	(39.229)
Alienações			909	544	1.318	4.818	872	8.461
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(14.543)	(68.289)	(43.030)	(8.982)	(140.843)	(4.652)	(280.339)
<b>Saldo líquido</b>								
Em 01 de janeiro de 2011	24.637	15.629	36.497	13.909	5.309	51.380	6.920	154.281
Em 31 de dezembro de 2011	27.725	18.848	109.778	34.345	10.668	163.719	5.522	370.605

#### Outras informações da Controlada

Determinados ativos operacionais da Controlada são arrendados por meio de contratos irrevocáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos têm prazo de duração entre dois e quatro anos e possuem cláusula de opção de compra, a qual já foi exercida pela Controlada. Dessa forma, esses contratos de arrendamento foram registrados nas demonstrações financeiras como compra financiada de bens, cujos saldos totalizam R\$ 3.419 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 5.463 em 2010) e referem-se basicamente a equipamentos, benfeitorias, veículos e móveis e utensílios.

Os pagamentos futuros mínimos desses arrendamentos financeiros são os seguintes:

	Consolidado
	2011
Primeiros 12 meses	301
Entre 13 e 60 meses	45
Efeito de desconto	(67)
	279

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível do consolidado:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros intangíveis	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 01 de janeiro de 2011	57.558	7.059	22.275					86.892
Adições por meio de combinação de negócios	88.603	36.725		780.084	151.700	41.700	1.811	1.100.623
Adições	6.086	1.244					441	7.771
Alienações	(1.860)							(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.387	45.028	22.275	780.084	151.700	41.700	2.252	1.193.426
<b>Amortização acumulada</b>								
Taxas anuais médias de amortização (%)	12,3 - 21	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 01 de janeiro de 2011	(12.608)	(5.701)	(2.387)					(20.696)
Adições por meio de combinação de negócios	(15.783)	(13.735)					(483)	(30.001)
Adições	(13.550)	(1.348)				(1.527)	(18)	(16.443)
Alienações	1.559							1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(40.382)	(20.784)	(2.387)			(1.527)	(501)	(65.581)
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888					66.196
Em 31 de dezembro de 2011	110.005	24.244	19.888	780.084	151.700	40.173	1.751	1.127.845

#### (c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda.

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente a aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

#### (d) Ágio na aquisição da Raia S.A.

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("impairment").

#### (e) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida ("impairment")

##### (i) Drogaria Vison Ltda.

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2011 a recuperação do valor contábil do ágio adquirido por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem ao ágio.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originou o ágio foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de sete anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 11,23% (9,90% em 2010).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis ("impairment").

##### Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

##### Receita de vendas e despesas

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas;

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

##### Margens brutas

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques pré-existentes.

##### Taxas de descontos

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

#### 12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
Financiamento para aquisição de <b>BNDES - FINAME</b>				
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,40% (+ 3,40% em 2010) a.a.	279	792	279
<b>BNDES - FINEM</b>				
Empreendimentos	TJLP + 2,27% (+ 2,36% em 2010) a.a.	17.957	33.375	17.957
Empreendimentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% em 2010) a.a.	3.909	5.508	3.909
Empreendimentos	IPCA + 7,32% + 2,38% (+ 7,32% + 2,38% em 2010) a.a.	6.893	8.917	6.893
<b>BNDES - Subcrédito</b>				
Empreendimentos	TJLP + 3,59% a.a.	42.740		42.740
Empreendimentos	Selic + 2,45% a.a.	4.687		4.687
Máquinas e equipamentos	Pré fixado 6,63% a.a.	4.062		4.062
Máquinas e equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% a.a.	3.480		3.480
Capital de giro	Selic + 3,15% a.a.	3.670		3.670
<b>BNDES</b>				
Expansão de lojas	TJLP + 4,49% (+ 4,49% em 2010) a.a.			69.081
<b>Banco Indusval</b>				
Capital de giro	Pré fixado 14,75% (14,75% em 2010) a.a.			5.273
<b>Arrendamento</b>				
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 1,74% (1,74% em 2010) a.m.			279
		87.677	48.592	162.310
		(24.928)	(20.355)	(50.325)
		62.749	28.237	111.985
Passivo circulante				
Passivo não circulante				

#### (b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

	Ponto comercial	Licença de uso de software	Ágio na aquisição de empresa	Total
<b>Custo</b>				
Saldo em 01 de janeiro de 2010	30.847	6.109	22.275	59.231
Adições	36.976	950		37.926
Alienações	(10.265)			(10.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.558	7.059	22.275	86.892
Adições	3.592	282		3.874
Alienações	(1.860)			(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.290	7.341	22.275	88.906
<b>Amortização acumulada</b>				
Taxas anuais médias de amortização (%)	21	20	Vida útil indefinida	
Saldo em 01 de janeiro de 2010	(12.372)	(5.441)	(2.387)	(20.200)
Adições	(6.651)	(260)		(6.911)
Alienações	6.415			6.415
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.608)	(5.701)	(2.387)	(20.696)
Adições	(11.796)	(415)		(12.211)
Alienações	1.559			1.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(22.845)	(6.116)	(2.387)	(31.348)
<b>Saldo líquido</b>				
Em 31 de dezembro de 2010	44.950	1.358	19.888	66.196
Em 31 de dezembro de 2011	36.445	1.225	19.888	57.558

#### Obrigações da Controladora

Para os financiamentos com o BNDES, nas operações de FINAME da Companhia, foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM, tiveram como garantia fianças bancárias.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES, substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 79.062 (R\$ 28.245 em 2010) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas ("covenants"):

(i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6% e

(ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos "covenants" é anual, e em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

#### Obrigações da Controlada (Raia S.A.)

Os empréstimos da Controlada Raia S.A. junto ao BNDES, totalizando aproximadamente R\$ 69.081, têm como finalidade a expansão de lojas. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até março de 2015. Estes empréstimos são garantidos por fiança bancária dada pelo Banco Itaú, ao custo de 0,3% a.a.

O empréstimo da modalidade capital de giro junto ao Banco Indusval tem a finalidade de financiar a expansão de lojas e o capital de giro com vencimento previsto até novembro de 2012.

Os contratos de arrendamento têm como finalidade a expansão de lojas e aquisição de veículos e equipamentos. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até setembro de 2013. Esses empréstimos são garantidos pelos mesmos bens objetos do arrendamento, no montante de R\$ 3.419 (R\$ 5.463 em 31 de dezembro de 2010) e por aval dos acionistas.

Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
2012		13.342	
2013	26.694	10.836	47.839
2014	20.236	4.059	36.222
2015	11.846		21.413
2016	3.973		6.511
	62.749	28.237	111.985

#### 13 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e sua Controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados a demandas judiciais:

	Controladora 2011	Controladora 2010 (Reclassificado)	Consolidado 2011
Trabalhistas e previdenciárias	3.384	3.478	4.754
Tributárias			300
Cíveis			2.286
	3.384	3.478	7.340
(-) Depósitos judiciais correspondentes	(1.278)	(1.148)	(2.431)
Total	2.106	2.330	4.909
Passivo circulante	(1.428)	(1.264)	(1.637)
Passivo não circulante	678	1.066	3.272

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
Saldo Inicial	2.330	1.427	2.330
Adições por meio da combinação de negócios			2.954
Adições	1.232	1.153	1.649
Baixas por pagamentos	(1.359)	(864)	(1.608)
Reavaliação dos valores	(1.042)	(177)	(1.408)
Atualizações monetárias	1.074	980	1.121
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(129)	(189)	(129)
Saldo Final	2.106	2.330	4.909

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em penhora (Nota 22) ou depósitos em juízo.

#### Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 7.580 e R\$ 8.545 respectivamente (R\$ 15.799 em 2011 no consolidado).

#### Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não havia provisões correspondentes:

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
Trabalhistas e previdenciárias	368	217	1.343
Tributárias	4.194	1.695	5.989
Cíveis			113
Total	4.562	1.912	7.445

#### Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Controlada Raia S.A. possui ainda ações movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Controlada ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, por parte da Controlada, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

#### Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

#### Contingências cíveis

A Controlada figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 referem-se a:

	Controladora				Consolidado			
	Balanço patrimonial		Resultado		Balanço patrimonial		Resultado	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.647)	(1.755)			(7.647)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(3.291)	(2.194)	(1.097)	(1.097)	(3.291)			(1.097)
Intangíveis temporariamente não dedutíveis - Combinação de negócios					(84.530)			3.326
Provisão para demandas judiciais	1.150	1.184	(34)	373	2.495			(85)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	222	167	55	(18)	440			162
Provisão para gratificações por liberalidade	918	992	(74)	(346)	918			(74)
Provisão para gratificações da diretoria	711	641	70	(700)	711			70
Provisão para campanhas internas	401	204	197	(456)	401			197
Provisão para obsolescência no estoque	835	407	428	2	1.701			170
Provisão para programa de participação resultados	1.190	986	204	238	1.190			204
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison		366			366			
Obrigações provisionadas diversas	420	630	(210)	171	420			(210)
Provisão para despesas extraordinárias	241		241		1.357			456
Provisão para perda em empréstimo funcionários					1.199			35
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros					14.373			539
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação					18.182			(932)
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(220)</b>	<b>(1.833)</b>				<b>2.761</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(4.484)</b>	<b>1.628</b>			<b>(51.715)</b>			

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
<b>Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>			
<b>Saldo no início do período</b>	1.628	3.357	1.628
Adições por meio da combinação de negócios			(50.212)
Receita tributável reconhecida no resultado	(220)	(1.833)	2.761
Realização de imposto diferido			
reconhecida no patrimônio líquido	104	104	104
Imposto diferido sobre reserva de reavaliação de terrenos	(5.996)		(5.996)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(4.484)</b>	<b>1.628</b>	<b>(51.715)</b>

**(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social**

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário tem o seguinte prazo estimado de realização:

	Controladora	Consolidado
2012	6.454	21.926
2013		11.619
2014		8.809
2015		1.399
	<b>6.454</b>	<b>43.753</b>

**15 Lucro por ação**

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	Consolidado	
	2011	2010	2011
<b>Básico</b>			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	318.046	179.708	318.046
<b>Lucro por ação - básico</b>	<b>0,21599</b>	<b>0,49533</b>	<b>0,21599</b>
<b>Diluído</b>			
Lucro líquido	68.696	89.015	68.696
Média ponderada do número de ações ordinárias	318.046	179.708	318.046
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opção de ações		783	
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	318.046	180.491	318.046
<b>Lucro por ação - diluído</b>	<b>0,21599</b>	<b>0,49318</b>	<b>0,21599</b>

O plano de opções de ações foi liquidado em dezembro de 2011. Desta maneira, não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado de 2011, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído deste exercício.

**16 Patrimônio líquido****(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011 (após a incorporação de ações da Controlada Raia S.A., mencionada na Nota 5), o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, estava representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 176.375.078 unidades (109.596.252 unidades em 31 de dezembro de 2010). O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	Ações em circulação	
	2011	2010
Posição em 31 de dezembro de 2010	109.596.252	109.596.252
Vendas de ações vinculadas	10.452.301	10.452.301
Compra de ações vinculadas	(13.500)	(13.500)
Posição anterior a incorporação de ações da Raia S.A.	120.035.053	120.035.053
Acréscimo de ações em circulação decorrente da incorporação de ações da Raia S.A.	56.340.025	56.340.025
Posição em 31 de dezembro de 2011	176.375.078	176.375.078
Em 31 de dezembro de 2011 as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 12,97 (fechamento do dia).		

**(b) Remuneração aos acionistas**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Lucro líquido do exercício	68.696	89.015
Reserva legal		(4.451)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	202	202
Base de cálculo do dividendo (a)	68.898	84.766
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	17.225	21.192
Dividendo proposto	3.363	3.363
Juros sobre o capital próprio proposto	31.300	25.550
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(4.337)	(3.483)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	26.963	25.430
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	9.738	4.238
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	39,13	30,00
Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 31.300 (R\$ 25.550 em 2010), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2011 e de 2010, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.		
A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:		

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Saldo inicial	11.914	18.045
Adições	21.463	25.181
Pagamentos	(29.645)	(31.251)
Baixas	(70)	(61)
Saldo final	3.662	11.914

**(c) Ações em tesouraria**

	Controladora	Consolidado
	Quantidade	(em unidades)
Posição em 31 de dezembro de 2010	783.372	783.372
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em janeiro de 2011	(236.841)	(236.841)
Venda de ações relativo ao exercício do plano de opção de ações em dezembro de 2011	(546.531)	(546.531)
Posição em 31 de dezembro de 2011		

**17 Plano de opção de compra de ações**

Em 14 de janeiro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 236.841 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2010. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 305, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 998, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 1.303. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 265, e a realização do correspondente prêmio de opção das 236.841 ações adquiridas, no valor de R\$ 1.038.

Em 10 de novembro de 2011, através da ata de Assembleia Geral, o Plano foi cancelado e aprovado o exercício antecipado das opções outorgadas em 28 de junho de 2007 contra 546.531 ações em tesouraria, nos termos da proposta, sendo que estas foram exercidas entre os dias 11 de novembro de 2011 e 12 de dezembro de 2011 (inclusive). Nessa mesma Assembleia foi aprovada a proposta do novo

plano de opção de compra de ações da Companhia. Em 6 de dezembro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, os diretores da Companhia exerceram a opção de compra de 546.531 ações, referente a outorga de opções de ações concedidas em 2011. O exercício da opção de compra das ações resultou em um ágio no valor de R\$ 735, apurado entre o valor das ações em tesouraria entregues aos diretores, no valor de R\$ 2.304, e o valor correspondente a aquisição das ações, de R\$ 3.039. O valor de aquisição dessas ações foi calculado com base no desembolso de caixa efetuado pelos diretores, no valor R\$ 644, e a realização do correspondente prêmio de opção das 546.531 ações adquiridas, no valor de R\$ 2.395.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços de exercício estão apresentados a seguir:

	2011		2010	
	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação	Quantidade de opções	Preço médio ponderado de exercício por ação
Em aberto no início do período (*)	783.372	1,12	1.038.420	1,01
Outorgadas durante o período				
Perdas durante o período				
Exercidas durante o período de janeiro de 2011 (*)	(236.841)	1,12	(255.048)	1,04
Exercidas durante o período de dezembro de 2011 (*)	(546.531)	1,18		
Expiradas durante o período				
Em aberto no final do período (*)			783.372	1,12

(\*) A quantidade de ações considera o efeito do desdobramento à proporção de 1:3 das ações, ocorrido em 17 de dezembro de 2010.

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante 2007, determinado pelo modelo de avaliação Binomial Americano, foi de R\$ 13,16 por opção. As premissas relevantes consideradas no modelo foram: (i) preço da ação na data da outorga de R\$ 15,30, (ii) preço de exercício de R\$ 2,63, (iii) dividendo esperado de 2,29%, (iv) volatilidade esperada de 89,43% com base na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, (v) data da outorga e data máxima para o exercício e (vi) taxa de juros anual sem risco em média de 6,69%, com base no cupom DI x IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado da BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. A volatilidade foi mensurada pelo desvio padrão de retornos das ações, considerando uma análise estatística dos preços diários das ações durante o último ano da ata da outorga.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o total das despesas associadas ao plano de opção de ações apropriadas ao resultado montou R\$ 532 (R\$ 829 em 31 de dezembro de 2010).

**18 Receita líquida de vendas**

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Receita bruta de vendas	2.414.993	2.089.002
Receita de vendas de mercadorias	3.843	2.747
Receita de serviços prestados	2.418.836	2.091.749
Impostos incidentes sobre vendas	(88.416)	(72.921)
Devoluções	(11.647)	(11.000)
Receita líquida de vendas	2.318.773	2.007.828
Impostos incidentes sobre vendas sistemem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).		

**19 Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)
Despesas com pessoal	(276.625)	(223.309)
Despesas com prestadores de serviços	(23.843)	(19.110)
Depreciação e amortização	(44.599)	(31.292)
Outras (i)	(157.239)	(128.241)
	<b>(2.203.961)</b>	<b>(1.893.856)</b>

**Classificado na demonstração do resultado como:**

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Custo das mercadorias vendidas	(1.701.655)	(1.491.904)
Com vendas	(383.250)	(312.185)
Gerais e administrativas	(74.457)	(58.475)
Depreciações e amortizações	(44.599)	(31.292)
	<b>(2.203.961)</b>	<b>(1.893.856)</b>

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

**20 Outras despesas operacionais**

As outras despesas operacionais totalizaram em 2011, um montante de R\$ 18.411 para a Controlada e R\$ 30.354 para o consolidado. Estes montantes são compostos por despesas extraordinárias decorrentes do processo de fusão.

**21 Receitas e despesas financeiras****(a) Receitas financeiras**

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Descontos obtidos	265	18
Rendimentos de aplicações financeiras	17.299	12.257
Juros recebidos	59	62
Variações monetárias ativas	957	31
Outras receitas financeiras	4	4
Total das receitas financeiras	<b>18.584</b>	<b>12.372</b>

**(b) Despesas financeiras**

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Juros, encargos e taxas bancárias	(1.407)	(824)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(7.644)	(4.618)
Variações monetárias passivas	(81)	(73)
Total das despesas financeiras	<b>(9.132)</b>	<b>(5.515)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>9.452</b>	<b>6.857</b>

**22 Garantias processuais**

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Edificações		4.356
Móveis e instalações		350
Veículos		189
Outros	19	27
	<b>19</b>	<b>4.922</b>

Em 2 de setembro de 2011, foi cancelada a penhora relativa ao processo movido pelo INSS - Instituto Nacional de Seguro Social no montante de R\$ 4.808.

**23 Compromissos assumidos com contratos de aluguel**

A Companhia e sua Controlada possuem contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um a quinze anos. Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. Em 31 de dezembro de 2011, os gastos com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 6.096 (R\$ 4.861 em 2010) para a Controladora e R\$ 18.806 para o consolidado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Primeiros 12 meses	49.979	41.072
Entre 13 e 60 meses	108.167	95.429
Após 60 meses	17.761	6.312
	<b>175.907</b>	<b>142.813</b>

**24 Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos**

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como "nível 1".

**Ativos financeiros**

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
<b>Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	144.863	180.846
	<b>144.863</b>	<b>180.846</b>

**Mantidos até o vencimento**

	Controladora	Consolidado
	2011	2010
Aplicações Financeiras (DPGE)		15.319
		<b>15.319</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais)

#### Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota 6) e classificadas como valor justo por meio do resultado - mantidas para negociação, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

#### 25 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

#### 26 Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

Relacionamento	Controladora			
	Ativo Circulante		Receitas	
	2011	2010	2011	2010
Valores a receber				
Convênios (i)				
Regimar Comercial S.A. Heliomar S.A.	4	5	61	66
	2	1	21	16
	6	6	82	82
Locações de espaço em lojas (i)				
Enox Publicidade S.A.				
	20		59	62
	20		59	62
	26	6	141	144
	<b>Passivo Circulante</b>		<b>Despesas</b>	
	2011	2010	2011	2010
Valores a pagar				
Aluguéis (ii)				
Administradora PMV S.A. Heliomar S.A.	40	46	471	431
	13	13	142	134
	53	59	613	565
Fornecedores de serviços (ii)				
Tulipa Comunicação Ltda. Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados		23	670	572
		23	1.425	1.238
	53	82	2.038	1.803

Relacionamento	Consolidado	
	Ativo Circulante	Receitas
	2011	2011
Valores a receber		
Convênios (i)		
Regimar Comercial S.A. Heliomar S.A.	4	61
	2	21
	6	82
Locações de espaço em lojas (i)		
Enox Publicidade S.A.		
	20	59
	20	59
	26	141
	<b>Passivo Circulante</b>	
	2011	2011
Valores a pagar		
Aluguéis (ii)		
Administradora PMV S.A. Heliomar S.A.	40	471
	13	142
	6	11
	6	11
	6	11
	71	646
Fornecedores de serviços (ii)		
Tulipa Comunicação Ltda. Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados		755
		670
	440	425
	7	
	447	1.850
	518	2.496

(i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de marketing e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.

(iii) Os saldos e transações mantidos com Editora Mol Ltda. e Estúdio Mol Design referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e

concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade. Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal-chave da Administração da entidade.

#### (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Proventos e encargos sociais	4.668	4.291	5.513
Gratificações e encargos sociais	10.036	2.506	13.268
Plano de opção de ações	532	829	532
	15.236	7.626	19.313

#### 27 Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Riscos com perdas em estoques	45.164	33.755	250.164
Bens do ativo permanente	49.477	39.604	78.227
Lucros cessantes	3.607	2.854	23.727
Riscos de responsabilidade civil	7.934	6.150	8.534
	106.182	82.363	360.652

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

#### 28 Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2011, a única transação não envolvendo caixa na Companhia foi a combinação de negócios com a Raia S.A. detalhada na Nota 5.

#### 29 Eventos Subsequentes

Em 12 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 57.608, que disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas que realizem operações com mercadorias por meio de centros de distribuição localizados neste Estado, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes. Por conta da edição do referido Decreto, a Companhia encontra-se em fase preparatória para ingressar com o referido pedido de regime especial, notadamente, modificação de sistemas, escrituração e outras obrigações acessórias pertinentes à condição de substituto tributário. Uma vez concedido o regime especial em comento, extingue-se a geração de novos créditos, sendo certo que os valores já acumulados passarão a ser consumidos mensalmente na escrita fiscal (sistema de débito e crédito) em decorrência da geração de débitos de ICMS na condição de contribuinte substituto tributário. A Companhia estima operar na condição de substituto tributário a partir do segundo trimestre de 2012, momento em que deverá ser apurado todo o imposto pago sobre as mercadorias em estoque para tomada de crédito (art. 10 e seguintes do Decreto 57.608/2011).

### DIRETORIA

**Cláudio Roberto Ely**  
Diretor Presidente

**Antonio Carlos de Freitas**  
Diretor

**Eugênio de Zagottis**  
Diretor

**Fernando Varela**  
Diretor

**Marcello de Zagottis**  
Diretor

**Ricardo Castro de Azevedo**  
Diretor

**Rosângela Lutti**  
Diretora

**Antonio Carlos Coelho**  
Controller e Contador Responsável  
CRC-1SP166428/O-9

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 21 de março de 2012.  
A Diretoria

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das demonstrações financeiras e do relatório anual da Administração, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer favorável sem ressalvas dos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal

concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinaram, por unanimidade, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 21 de março de 2012.

**Gilberto Lério**  
Conselheiro Fiscal

**Fernando Carvalho Braga**  
Conselheiro Fiscal

**Mário Antonio Luiz Corrêa**  
Conselheiro Fiscal

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

#### Raia Drogasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raia Drogasil S.A. ("Companhia", anteriormente denominada Drogasil S.A.), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Raia Drogasil S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de março de 2012.

#### ERNST & YOUNG TERCO

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Nannini  
Contador CRC-1SP171638/O-7

Alexandre Rubio  
Contador CRC-1SP223361/O-2

